



Rita da Silva Fanha

**Inventariação de Recursos de Património Natural: Médio
Tejo e Lezíria do Tejo**



Rita da Silva Fanha

**Inventariação de Recursos de Património Natural: Médio Tejo
e Lezíria do Tejo**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Armando Luís Vieira, Professor do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha mãe e irmã pelo incansável apoio.

o júri

presidente

Professora Doutora Zélia Maria de Jesus Breda
Professora auxiliar, Universidade de Aveiro

vogais

Professor Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor auxiliar, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Armando Luís Lima de Campos Vieira
Professor auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Para a realização deste projeto foram várias as pessoas que contribuíram e a quem devo agradecer especialmente.

Ao meu orientador, Professor Doutor Armando Luís Vieira, agradeço por todo o auxílio durante a sua orientação científica deste projeto.

À Professora Cecília Baptista e ao Professor Doutor Luís Santos, orientadores do estágio curricular no Centro de Estudos Politécnicos da Golegã e professores Docentes da Unidade Curricular de Património Natural, Conservação e Ecoturismo do Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural do Instituto Politécnico de Tomar, o meu agradecimento pela orientação, disponibilidade e ajuda neste trabalho.

Ao Professor Doutor Luís Mota Figueira, Diretor Executivo do CESPOGA, Diretor do Curso de Licenciatura em Gestão Turística e Cultural e Diretor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural da Escola Superior de Gestão de Tomar do Instituto Politécnico de Tomar, a minha gratidão pelo acompanhamento, colaboração e disponibilidade para este estudo.

Uma última palavra de agradecimento à minha Família e Amigos pelo incentivo, pela compreensão e pela força ao longo de todo este percurso.

palavras-chave

Turismo, turismo de natureza, ecoturismo, património natural, recursos naturais, atrativo turístico, inventariação.

resumo

Os recursos naturais entendem-se como elementos naturais úteis ao Homem, usados para o seu benefício económico pois para extrair, processar, ou aperfeiçoar os recursos naturais é necessário capital e recursos humanos, como trabalho físico e mental. Neste contexto, a comunidade obtém o seu verdadeiro valor económico. Os recursos referidos são compostos por matérias e energias que a Natureza coloca à disposição, para que, por transformação ou uso direto, o ser humano possa sobreviver e ter qualidade de vida. A identificação dos recursos existentes num determinado local é fundamental no processo de desenvolvimento turístico e consegue-se através da execução de um inventário. Este processo, para além de divulgar a existência do recurso natural, também se revela importante para efeitos de conservação da natureza, uma vez que os bens inventariados usufruem de proteção com vista a evitar a sua degradação e apoiar a sua conservação. A inventariação é, pois, um instrumento de gestão integrada do património. O presente estudo surgiu após o trabalho de estágio desenvolvido com o apoio do Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, afecto ao Instituto Politécnico de Tomar, devido à sua localização particular, foi decidido, por um critério geográfico associado ao interesse da instituição, realizar o levantamento e a inventariação sistemática dos recursos naturais existentes naquela zona de influência. Assim, optou-se pelas zonas do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, tendo-se usado o Rio Tejo como elemento fulcral da localização do estudo. Este estudo incide particularmente sobre os recursos de património natural pois olharam-se os recursos naturais na perspectiva de componentes da paisagem geográfica que, sofrendo poucas transformações antropogénicas, possuem valores económicos, sociais e culturais que despertem potencial de atração turística.

Como metodologia aplicou-se a realização de inquéritos por questionários com o intuito de, no tratamento e interpretação dos dados, se tentar compreender o nível de sensibilização e de conhecimento da população em relação ao tema dos recursos naturais e aos atrativos turísticos existentes na região do Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

keywords

Tourism, nature-based tourism, ecotourism, natural heritage, natural resources, tourism attraction, inventory.

abstract

Natural resources are understood as assets to man, used for their economic benefit as natural elements, processes, where to improve the natural resources it's needed capital and human resources, such as physical and mental work. In this context, the community uses its true economic value. The resources referred to are composed of materials and energy nature makes available, for processing or direct use, so humans can survive and have life quality. The identification of existing resources in a particular location is essential in the development process of tourism and may achieved by inventory. This process, in addition to disclosing the existence of the natural resource, also reveals importance for nature conservation, once the goods inventoried they enjoy protection in order to avoid degradation and to support their conservation. The inventory is therefore an integrated tool for managing assets.

The present study arose from the work placement developed with the support of the Polytechnic Study Center of Golegã, a branch the Polytechnic Institute of Tomar, where due to its particular location, it was decided using a geographical criteria associated with the interest of the institution, to survey and develop a systematic inventory of the natural resources in that zone of influence.

Therefore it was decided to focus on the areas of the Middle Tagus and Wetland areas, using the Tagus River as a key element of the study.

This study focuses particularly on the natural heritage features, natural resources in terms of components of the geographical landscape, areas suffering few anthropogenic transformations, with economic, social and cultural values which bring potential tourist attraction.

The methodology applied conducted the investigation where questionnaires were used in order to understand the public opinion and involvement. Results were obtained by processing and interpreting data, while trying to understand the level of awareness and knowledge of the population in relation to the issue of natural resources and existing tourist attractions in the Wetland and Middle Tagus region.

Índice

Introdução.....	2
1. Turismo e Recursos Naturais.....	8
1.1 Utilização dos Recursos Naturais pela Indústria do Turismo.....	8
1.2. Processo de transformação dos recursos endógenos em atrativos turísticos... 15	
1.3 Critérios de turistificação para viabilizar a conservação de espaços naturais....	16
2. Inventariação de Recursos de Património Natural	20
2.1 Cartografia turística: recursos naturais e sua activação	21
2.2 Cadeia de valor no turismo e especificamente no turismo de natureza	22
2.3 Análise da doutrina internacional e da legislação europeia e nacional	25
3. Metodologia	28
3.1 Sequência metodológica do trabalho	28
4. Resultados.....	34
4.1 Inventário do património natural no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo – “INVNATEJO-Tur”	34
4.1.1 Contributos para a cartografia turística no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo: os recursos naturais	37
4.1.1.1 Apresentação da base de dados criada para o efeito.....	37
4.2 Análise e interpretação dos dados obtidos através do inquérito por questionário	39
4.3 Aplicação da base de dados ao mapeamento: cartografia específica criada.....	52
Conclusão.....	58
Bibliografia	62
Apêndices.....	2
Apêndice 1 – Questionário preliminar online sobre um suposto Planeamento de fim-de- semana.....	4
Apêndice 2 – Questionário para ensaio sobre Recursos naturais	4
Apêndice 3 – Questionário on-line final sobre recursos naturais	12

Índice de Figuras

Figura 1- Sistema Turístico	8
Figura 2- Estrutura Conceptual do turismo.....	9
Figura 3- Evolução do Turismo Internacional entre 1950 e 2030, segundo a UNWTO	10
Figura 4- Mapa da Rede Nacional das Áreas Protegidas.....	13
Figura 5- Base de dados dos Recursos Turísticos Naturais.....	38
Figura 6- Mapa de Portugal e área geográfica em estudo	52
Figura 7- Pontos turísticos inventariados	53

Índice de Quadros

Quadro 1- Ficha descritiva do recurso natural.....	29
Quadro 2- Categoria e Tipo de atrativo turístico.....	30
Quadro 3- Saídas de Campo	36
Quadro 4- Habilitações Literárias.....	41
Quadro 5- Concelho de Residência	42

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Sexo dos inquiridos	40
Gráfico 2- Idade dos indivíduos	40
Gráfico 3- Conhecimento dos recursos naturais da região.....	43
Gráfico 4- Acesso turístico aos recursos naturais	43
Gráfico 5- Acesso aos recursos: livre ou condicionado	44
Gráfico 6 - Nº. de inquiridos que conhecem o atrativo	45
Gráfico 7 - Meio de conhecimento dos atrativos	46
Gráfico 8 - Visitação ao recurso	46
Gráfico 9 - Proteção e conservação dos recursos naturais	47
Gráfico 10 - Contribuição da execução de um inventário	47
Gráfico 11 - Barreiras à proteção e conservação dos recursos	48
Gráfico 12 - Domínio complementar à visita ao atrativos natural	49
Gráfico 13 - Contribuição dos recursos naturais e culturais	50
Gráfico 14 - Contribuição da preservação e conservação dos ambientes naturais	51

Lista de Siglas

CBD – Convention on Biological Diversity

CEE – Comunidade Económica Europeia

CESPOGA – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã

CTP – Confederação do Turismo Português

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OMT – Organização Mundial do Turismo

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

RFCN - Rede Fundamental de Conservação da Natureza

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

UNEP – United Nations Environment Programme

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ZEC - Zona Especial de Conservação

ZPE - Zona de Proteção Especial

Introdução

O presente estudo foi desenvolvido no âmbito do estágio curricular no Centro de Estudos Politécnicos da Golegã (CESPOGA), inaugurado a 9 de Outubro de 2007, que resultou de um protocolo de cooperação celebrado entre o Instituto Politécnico de Tomar e a Câmara Municipal da Golegã.

A entidade referida localiza-se na Golegã, sub-região da Lezíria do Tejo, na qual existe uma diversidade de recursos endógenos com potencial para se transformarem em atrativos turísticos de modo a valorizar o espaço, determinante no desenvolvimento da região. O CESPOGA funciona como um instrumento de desenvolvimento social, cultural e económico no concelho da Golegã e toda a zona periférica, promovendo diversas acções de divulgação científica em vários domínios, de onde ressaltam os cursos breves de formação, a investigação e o desenvolvimento do produto turístico (CESPOGA, 2014). A sua missão base é a criação, qualificação, disseminação e aplicação do conhecimento politécnico, fazendo a reinvenção e aprofundamento de processos para servir o desenvolvimento de base territorial (Figueira, 2012). Neste sentido é relevante identificar os pontos de interesse turístico ambiental existentes na região, com o intuito de contribuir, com este trabalho, para potenciar o turismo de natureza e eventualmente melhorar a qualidade da oferta local neste segmento de Turismo de Natureza.

A importância deste estudo prende-se com a necessidade de qualificar os recursos turísticos existentes na área de influência do CESPOGA, pelo que a área de estudo definida se enquadra no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo. Um dos elementos naturais mais emblemáticos da região é o Rio Tejo, que se tornou o mote para executar um levantamento e inventário de recursos naturais com potencial turístico ao longo deste curso de água. A área de estudo foi delimitada tendo o Sardoal como o limite mais a Norte e Santarém como limite mais a Sul.

Para realizar um inventário de recursos naturais importa estudar diversos conceitos como por exemplo o turismo, turismo de natureza e ecoturismo. Atualmente, o setor do turismo alcança uma relevância significativa e é um dos fenómenos mais importantes do ponto de vista político, ambiental e sociocultural. Tem-se revelado como um dos setores económicos mais dinâmicos e com maior potencial de crescimento em Portugal. “O XIX Governo Constitucional considera o turismo um setor prioritário para

a estratégia de desenvolvimento do país” (Resolução do Conselho de Ministros nº. 24/2013, Diário da República, 1.^a série - N.º 74 - 16 de abril de 2013).

O turismo define-se, segundo Fennel (2008), como o sistema que inclui os turistas e os serviços associados, que são fornecidos e utilizados (instalações, atrações, transporte e alojamento) para os auxiliar no seu movimento. Segundo Marujo (2008) o turismo deixou de ser visto apenas como um sinónimo de lazer e passou a assumir um papel de agente social nas comunidades em que se desenvolve e “compreende as atividades que realizam as pessoas durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer; negócios ou outras” (Organização Mundial do Turismo, 2001).

Portugal dispõe das matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento de 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento turístico em Portugal, no sentido de qualificar o património: Sol e Mar, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Resorts Integrados e Turismo Residencial, Turismo de Negócios, Golfe, Gastronomia e Vinhos, Saúde e Bem-Estar, Touring Cultural e Paisagístico, City Breaks (Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2007). Este estudo incide particularmente sobre o Turismo de Natureza, “produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação ambiental (...) diversas modalidades que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural” (Santos e Cabral, 2005).

O estudo realizado direccionou-se aos recursos de património natural enquanto elementos com interesse para a exploração turística sustentada. Segundo a UNESCO (2014) “património natural designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação”. De acordo com a Carta Internacional do Turismo Cultural (2007) o património natural e cultural, as diversidades e as culturas vivas são grandes atrações turísticas. Para o Turismo de Portugal (2006), o setor de Turismo de Natureza apresenta como motivação principal a vivência de experiências de valor simbólico com interação e usufruto da natureza, agrupando atividades desportivas, atividades de interesse particular ou apenas a contemplação da Natureza. O setor integra dois mercados, um de natureza soft (80% das viagens) no qual as experiências se baseiam na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade, como por exemplo passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, entre outras, e um mercado de

natureza hard (20% das viagens), onde as experiências se referem à prática de desportos na Natureza como rafting, kayaking, caminhadas, alpinismo, entre outros. Esta dimensão hard do turismo de Natureza engloba também actividades que exigem um maior grau de concentração ou de conhecimento como é o caso do birdwatching e do whalewatching.

Para a prática do Turismo de Natureza se implementar no mercado, devem existir no destino fatores básicos como a diversidade de recursos naturais, a existência de espaços naturais protegidos, boas acessibilidades, a limpeza e conservação das zonas envolventes. Portugal é um destino com bastante potencial para a prática de Turismo de Natureza, dispondo de um vasto património natural, nomeadamente uma diversidade de paisagens e variedade de habitats naturais.

Segundo McKerher (2002), o Turismo de Natureza engloba ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo. A crescente preocupação com o meio ambiente, com a sua conservação e gestão, bem como uma maior procura por experiências turísticas em ambientes naturais, relativamente pouco alterados, conduziu a um aumento da prática do Ecoturismo, segmento do turismo de natureza que utiliza o património natural de forma sustentável.

Ceballos-Lascuràin (1987) foi um dos primeiros a definir o ecoturismo como a atividade de viajar para áreas naturais não perturbadas ou não contaminadas com o objetivo de estudar, contemplar e apreciar a paisagem e as suas plantas e animais selvagens, assim como quaisquer manifestações culturais existentes, tanto passadas como presentes encontradas nessas mesmas áreas. O ecoturismo pode ainda definir-se como a exploração de atividades turísticas que têm por objetivo conservar/preservar os recursos da natureza e contribuir para a fixação das populações, em regiões rurais, mediante a implementação de medidas adequadas (Prontuário Turístico, 1997) e de acordo com Hall (2001) pode ser definido como experiências de turismo que se importam com a integridade do meio ambiente biofísico e têm em conta a viabilidade económica e a responsabilidade social a longo prazo.

A identificação e sistematização dos recursos existentes num determinado local é fulcral no processo de desenvolvimento turístico e consegue-se através da execução de um inventário. Este processo, para além de divulgar a existência do recurso natural, também se revela importante para efeitos de conservação da natureza, uma vez que

os bens inventariados usufruem de proteção com vista a evitar a sua degradação e apoiar a sua conservação. A inventariação é, pois, um instrumento de gestão integrada do património. Permite a diferenciação dos locais, a sua classificação e a posterior avaliação do potencial turístico e estabelecimento de medida de valor para fundamentar a decisão relativa ao aproveitamento do território ou recurso (Cunha, 2008).

Este estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Recursos naturais e turismo” apresenta diversas noções nomeadamente o enquadramento conceptual de turismo, recurso natural, bem como a relação entre ambos, obtidas através da revisão bibliográfica.

O segundo capítulo, designado por “Inventariação”, como o nome indica, refere-se à temática da inventariação e do inventário, bem como à utilização de ferramentas necessárias para a sua execução, nomeadamente os sistemas de informação geográfica (SIG) utilizados para a elaboração de mapas referentes à área geográfica em análise.

No terceiro capítulo, “Metodologia”, faz-se uma abordagem integrada do tema contemplando o estado da arte na inventariação dos recursos naturais para o turismo e a análise da legislação e doutrinas nacional e internacional. Ainda neste capítulo é também apresentada a sequência metodológica do trabalho, nomeadamente os métodos e técnicas de trabalho seguidas. São referidas as saídas de campo preparatórias do inventário, as fichas descritivas de inventariação, os softwares usados para a criação da base de dados e sua aplicação aos SIG e ainda é apresentado o inquérito por questionário.

O quarto capítulo é dedicado aos “Resultados” e expõe o trabalho realizado durante o estágio curricular sobre a inventariação de recursos naturais no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo, intitulado por “INVNATEJO-Tur”. São expostos os contributos para a cartografia turística na região, apresentando-se a base de dados criada para o efeito, a análise e interpretação dos dados obtidos através do inquérito por questionário via online, a aplicação da base de dados ao mapeamento (cartografia específica criada), e uma proposta da aplicação do novo conhecimento adquirido.

Por fim, serão apresentadas as conclusões, inclusive as limitações e as dificuldades encontradas no decorrer do estudo, de modo a interpretar os resultados do trabalho desenvolvido.

Com este estudo pretende-se reunir um conjunto de conhecimentos úteis para, posteriormente, se proceder à realização de um Manual de Boas Práticas para a Inventariação de Recursos Naturais.

1. Turismo e Recursos Naturais

1.1 Utilização dos Recursos Naturais pela Indústria do Turismo

De acordo com Leiper (1979) o turismo compreende um sistema relacionado com a deslocação de pessoas para fora da sua área de residência habitual, por uma ou mais noites, exceto deslocações com o objetivo da obtenção de remunerações nas áreas visitadas ou em trânsito. O sistema proposto por este autor é aberto, permeável à influência do meio ambiente, onde todas as variáveis do sistema interagem entre si. As suas diferentes variáveis são: os turistas, os elementos geográficos (a região geradora de viajantes, região de destino dos turistas e a região de rotas de trânsito) que no seu conjunto são suportados pela indústria do turismo, figura 1.



Figura 1- Sistema Turístico

Fonte: Adaptado de Leiper, 1979

O turista é o intérprete do sistema, uma vez que a atividade turística é uma experiência desfrutada pelo ser humano. A região geradora de viajantes é o local de onde partem os turistas após pesquisa de informação e obtenção de reservas (transportes, alojamento, entre outros); a região de destino dos turistas é aquela onde existem as atrações turísticas que motivam a procura da viagem. É também a região onde se faz sentir o impacto do turismo e onde devem ser aplicadas estratégias de planeamento. A região de rotas de trânsito inclui os lugares intermédios entre a origem dos viajantes e a área de destino, englobando o período de tempo da deslocação entre as duas regiões citadas. Por último, a indústria do turismo reúne as empresas e organizações que operacionalizam a viagem.

Mathieson e Wall (1982) teorizaram sobre a Estrutura Conceptual do Turismo (figura2), salientando que o turismo deve ser entendido em termos a interface criada entre a oferta e a procura e dos impactes que tal interação gera ao nível das áreas destino.

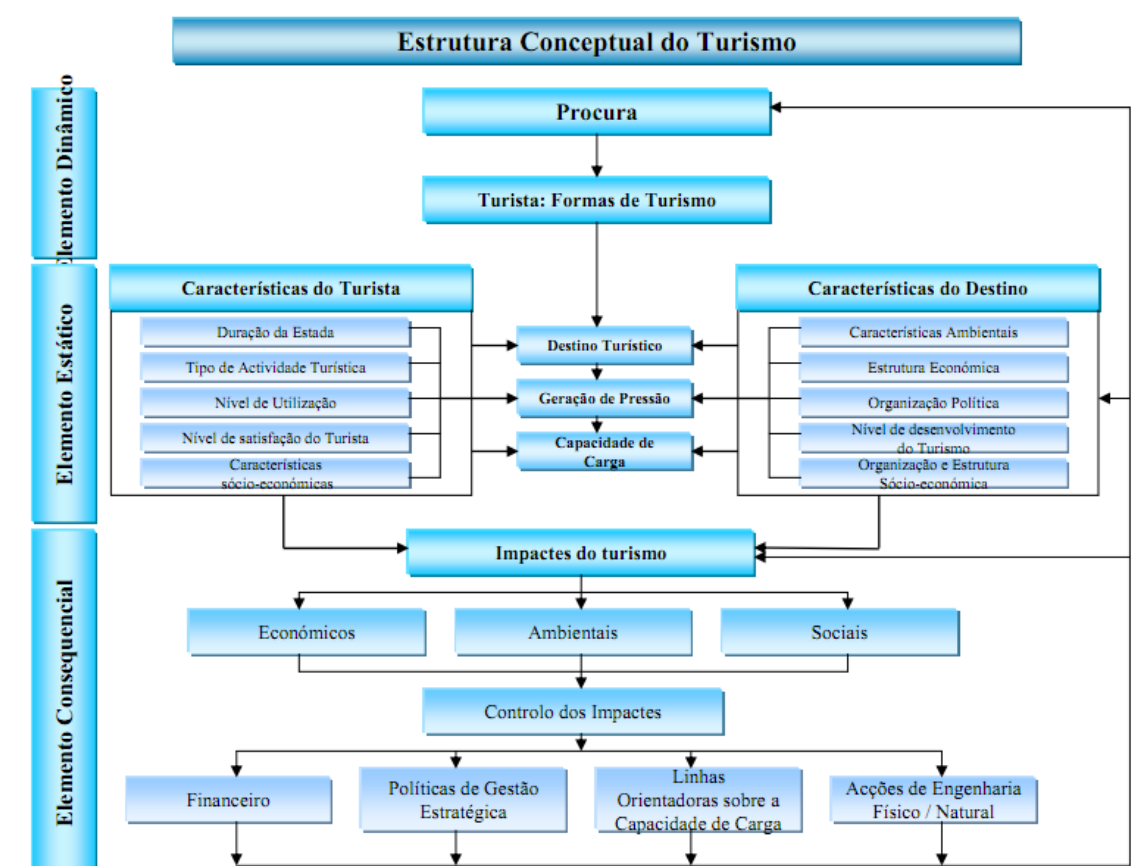


Figura 2- Estrutura Conceptual do turismo

Fonte: Adaptado de Mathieson e Wall, 1982

Os elementos centrais e permanentes do turismo assentam no destino turístico, respetivas características intrínsecas e nas características do turista. Estes elementos condicionam a procura criando-se um processo dinâmico que se pode revestir de várias formas e atividades que inevitavelmente irão criar pressões sobre o destino turístico, impactantes aos níveis económico, social e ambiental. Estudando a capacidade de carga do destino e controlando os impactes resultantes da atividade turística é possível continuar a alimentar a procura.

A legislação portuguesa define o turismo como o movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência comum, por motivos de lazer, bem como as

atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades (decreto-lei 191/2009 de 17 de Agosto).

O Turismo é claramente a mais importante atividade económica da contemporaneidade (Completo, 2007). Esta afirmação é sustentada pelos dados estatísticos fornecidos pela Organização Mundial de Turismo (OMT) que têm vindo a mostrar um crescimento apreciável do Turismo Internacional como se pode ver figura 3.

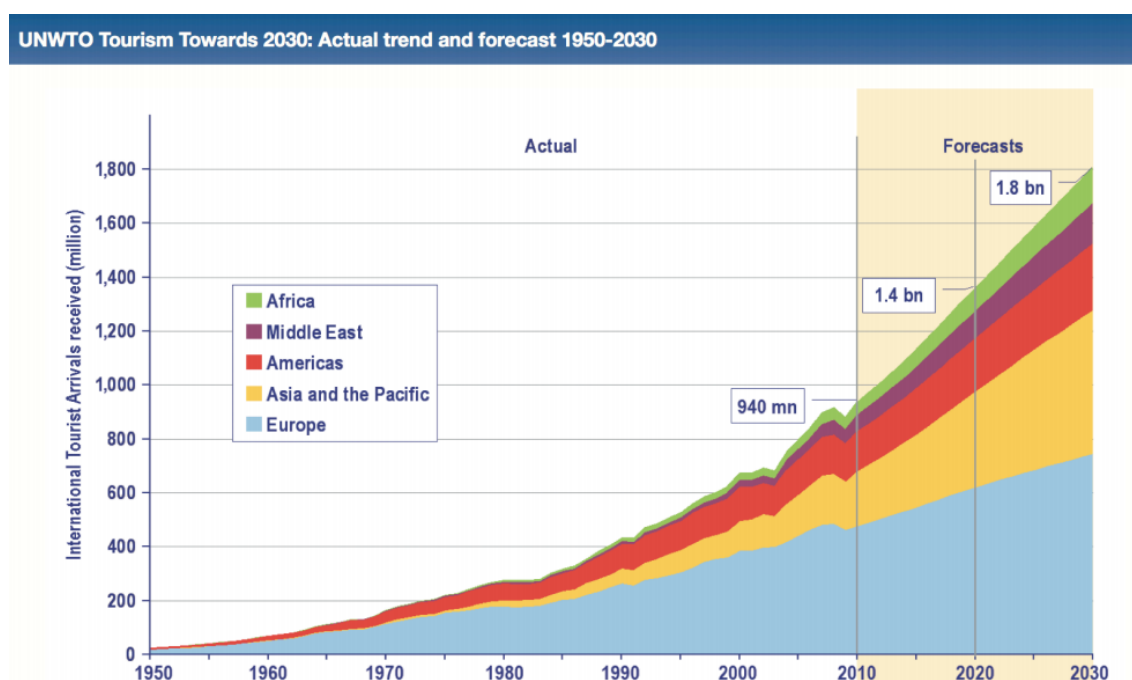


Figura 3- Evolução do Turismo Internacional entre 1950 e 2030, segundo a UNWTO

Fonte: Confederação do Turismo Português - CTP, 2014

A partir de 2012, o sector do turismo foi visto como uma saída para a crise mundial devido ao seu impacto no sector económico, especificamente no peso que tem no Produto Interno Bruto mundial (PIB), no emprego e ainda no que se refere às exportações e circulação de turistas. Pela análise da figura 3, o crescimento do turismo mostra-se persistente e em Setembro de 2013, o número de turistas ultrapassou o valor de um bilião. As estimativas da OMT apontam para que em 2020 as chegadas a nível mundial ultrapassem os 1,3 biliões e em 2030 atinjam 1,8 biliões.

A Europa destaca-se no Turismo Mundial, detendo em 2012, 52% das chegadas e 43% das receitas o que corresponde a 534 milhões de turistas e 458 biliões de dólares. Os dados preveem a manutenção desta posição de liderança no turismo mundial (CTP, 2014). Contudo, tem-se registado um decréscimo na frequência relativa de viagens com destino à Europa face ao total mundial.

O turismo é uma atividade que contribui para o desenvolvimento local muitas vezes devido à sua capacidade de gerar emprego e deslocações nos destinos e o território é o cenário principal onde se desenvolve a atividade turística. O espaço detém determinadas características e reúne um conjunto de valores sociais, culturais e ambientais que fazem com que um destino tenha mais ou menos atratividade, desencadeando a procura. O turismo inclui o comportamento humano, o uso de recursos (principalmente os naturais) e a interação com diversas pessoas e ambientes.

Os recursos naturais entendem-se tradicionalmente como elementos naturais úteis ao Homem, compostos por matérias e energias que a Natureza coloca à disposição, para que, por transformação ou uso direto, o ser humano possa sobreviver e ter qualidade de vida. Segundo Miller Jr. (2007), do ponto de vista do homem, um recurso é qualquer coisa obtida do meio ambiente para atender necessidades e desejos. Como exemplos, temos alimentos, água, abrigo, produtos manufaturados, transporte, comunicação e lazer. Em nossa curta escala de tempo humana, classificamos os recursos materiais em *perenes* (como luz do sol, vento e água corrente), *renováveis* (como ar e água limpos, solo, produtos florestais e grãos) ou *não renováveis* (como combustíveis fósseis, metais e areia). Alguns recursos como por exemplo a energia solar, o ar ou o vento estão disponíveis diretamente para uso. Por sua vez, o petróleo ou o ferro, não se podem usar na sua forma original e necessitam da aplicação de tecnologia. Nestes casos os recursos obtêm-se pela interação entre o capital natural e o capital humano.

No âmbito do presente estudo, olharam-se os recursos naturais na perspetiva de componentes da paisagem geográfica que não tendo sofrido transformações antropogénicas possuem valores económicos, sociais e culturais que despertem potencial de atração turística. Na perspetiva do turismo, o ambiente natural significa também a perceção da natureza, da beleza e do grau da preservação (ou degradação) da costa marítima, das praias, da montanha, das águas interiores, da floresta, entre outros, e em termos económicos, refere-se à oferta turística natural a que são mais ou

menos sensíveis todos os tipos de viajantes ou visitantes. (Baptista, 1997) onde o património natural pode ser considerado um fator decisivo na escolha do local para a realização de atividades turísticas.

Em Portugal o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) foi estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho. O SNAC é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas Áreas Classificadas que integram a Rede Natura 2000 e por outras Áreas Classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. As Áreas Protegidas podem ter abrangência nacional, regional ou local em função dos interesses a garantir. A sua classificação assenta em várias tipologias, nomeadamente Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Paisagem Protegida e Monumento Natural. Com exceção do Parque Nacional, todas as outras Áreas Protegidas devem incluir na sua designação o âmbito regional ou local em que se inserem. Para além das Áreas referidas existe ainda a categoria de Áreas Protegidas Privadas, referente a terrenos privados não incluídos em Áreas Classificadas.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) lista a RNAP que integra trinta e oito Áreas Protegidas de âmbito Nacional, doze Áreas Protegidas de âmbito regional e local e uma Área Protegida de âmbito privado, num total superior a 781 405 ha (> 8,5% do território). Estes locais estão na sua maioria representados na figura 4.



Figura 4- Mapa da Rede Nacional das Áreas Protegidas

Fonte: ICNF, 2014.

Segundo o Turismo de Portugal (2006) o país dispõe de espaços naturais suficientes e adequados para desenvolver uma oferta de Turismo de Natureza. No que se refere à competitividade, ao comparar a dimensão do território nacional com os grandes espaços naturais, nomeadamente as grandes selvas da Amazónia ou os grandes parques ou reservas naturais africanas como o Serengeti, verifica-se uma enorme disparidade em termos de potencialidade e capacidade atrativa, considerando que cada país tem as suas medidas de política e uma gestão dos seus recursos). Contudo, é fundamental conhecer e sistematizar os recursos naturais do país, os seus cenários de beleza natural e a biodiversidade que encerram. Só assim será possível um melhor

aproveitamento dos espaços naturais existentes e um aumento da competitividade do setor de Turismo de Natureza em Portugal.

O Turismo de Natureza tem como motivações principais a observação do ambiente natural e a evasão do meio urbano e divulga-se através do turismo ambiental e do turismo ecológico ou ecoturismo. O primeiro relaciona-se com os vários aspetos da terra, do mar e do céu; o ecoturismo abrange as viagens para áreas naturais com o intuito de observar e compreender a natureza e o cuidado de manter inalterável a integridade do ecossistema. De acordo com o Relatório de Bruntland a sustentabilidade é suportada por três pilares: ambiente, sociedade e economia.

O património natural, em particular, encontra-se cada vez mais ameaçado de destruição devido a causas como por exemplo mudanças sociais, económicas, utilização antropogénica descuidadas ou falta de educação ambiental, sendo necessário protegê-los. A proteção de tal património à escala nacional é, na maioria das vezes, insuficiente devido à carência de recursos económicos e técnicos do território onde se encontra o bem. Contudo, a conservação dos recursos naturais é possível através da prática do ecoturismo ou do desenvolvimento do turismo de natureza de uma forma sustentável.

O paradigma do turismo sustentável surgiu, e continua evoluindo, como resultado de desenvolvimentos internos e externos ao setor turístico sobre o meio século passado (Weaver, 2006). A sustentabilidade do turismo deve também manter um elevado nível de satisfação do turista e garantir uma experiência significativa, aumentando a sua consciência sobre as questões de sustentabilidade. O turismo sustentável segundo o "Managing tourism and biodiversity" (Convention on Biological Diversity (CBD) e United Nations Environment Programme (UNEP), 2007) deve: contribuir para a conservação da biodiversidade e da diversidade cultural; contribuir para o bem-estar das comunidades locais; incluir uma experiência de interpretação/aprendizagem; envolver uma ação responsável por parte dos turistas e da indústria do turismo; exigir o menor consumo possível de recursos não-renováveis; respeitar a capacidade de carga física e social; entre outros. É necessário o envolvimento e a cooperação para se conseguir uma indústria de turismo sustentável e para se valorizar a proteção dos recursos de património para as futuras gerações (Carta Internacional do Turismo Cultural, 2007).

A gestão dos recursos e dos visitantes é importante de modo a diminuir a superlotação decorrente do aumento do número de turistas e a prática do ecoturismo constitui a modalidade mais sustentável do turismo de natureza, gerindo o crescimento do

turismo de maneira a evitar a destruição dos recursos. No entanto, é um processo contínuo e exige o acompanhamento constante dos impactos gerados, bem como a introdução de medidas preventivas ou corretivas quando necessário.

1.2. Processo de transformação dos recursos endógenos em atrativos turísticos.

O mercado turístico é em grande parte determinado pelas diferentes características de uma região e a oferta turística é constituída por um vasto conjunto de elementos, dependendo do nível de desenvolvimento e das potencialidades oferecidas pelo destino. A oferta tem como principais componentes os recursos turísticos, infraestruturas, equipamentos, acessibilidades, transportes, hospitalidade, acolhimento e a cultura local.

Os recursos turísticos são bens que pelas suas características naturais, culturais ou recreativas tenham capacidade de motivar visita e fruição turísticas (decreto-lei nº. 191/2009 de 17 de Agosto) e constituem a componente fundamental da oferta pois entendem-se como elementos que podem satisfazer as necessidades do ser humano. Os recursos podem ser naturais como o clima, a flora e a fauna, a paisagem, as praias ou as montanhas ou construídos pelo homem como por exemplo a arte, a história, os monumentos ou os parques temáticos.

Recursos e atrativos não são sinónimos e é necessário um processo de transformação dos recursos em atrativos turísticos. A OMT (2005:121) realça que “não temos que confundir os atrativos com recursos. (...), os recursos na sua forma original não são mais que a matéria-prima de futuros atrativos” que têm como intuito ser visitados e apreciados. Por sua vez, os atrativos definem-se com aqueles que têm a capacidade de atrair para a sua fruição e podem ser naturais (como por exemplo uma paisagem, o clima, uma floresta ou animais selvagens) ou artificiais (resultados da história e da cultura ou complexos de entretenimento criados como parques temáticos) e são a razão mais importante para o turismo de lazer num destino. MacCannell (1989) descreve as atrações como relações empíricas entre o turista, o sítio e o mercado e Goeldner *et al* (2000) evidenciam cinco tipos de atrativos turísticos: culturais; naturais, na forma de eventos, recreativos, de entretenimento, que significam, na mesma ordem; sítios históricos, museus, monumentos, entre outros; paisagens, flora, fauna, ilhas, entre outros; eventos comunitários, festas, festivais, entre outros; visitas guiadas, golfe, desportos de inverno, entre outros; parques temáticos, casinos, centros comerciais, artes performativas, complexos desportivos, entre outros exemplos.

Neste estudo em concreto, no Turismo de Natureza, um recurso natural é por exemplo, uma praia fluvial; para torná-lo atrativo e adequado ao uso turístico necessita de capital, trabalho e uma gestão adequada do ambiente natural. Só deste modo poderá tornar-se um atrativo notório na região onde está inserido e capaz de competir com outros atrativos.

1.3 Critérios de turistificação para viabilizar a conservação de espaços naturais

O turismo é uma atividade que pode contribuir para o desenvolvimento de uma região devido em parte à sua capacidade geradora de empregos e divisas, bem como de fortalecimento da cultura local. A promoção da qualidade de vida dos residentes e visitantes passa pela conservação dos recursos naturais através de práticas adequadas à atividade turística. O meio ambiente assume um lugar central no desenvolvimento turístico, pois o turismo para além de ser uma força económica é também um fator importante na sustentabilidade da Natureza.

A prática do turismo provoca alterações significativas nos espaços naturais e nas áreas onde a atividade turística se desenvolve, conduzindo à turistificação, ou seja, processo de transformação do espaço geográfico que poderá provocar consequências negativas como o crescimento urbano caótico, a eliminação das paisagens naturais ou a geração de conflitos nos grupos sociais locais. O ambiente natural uma vez que não pode ser diretamente substituído deve ser conservado e os turistas não o devem destruir, pelo uso excessivo de modo a poder ser apreciado posteriormente por outros visitantes. Esta visão está dentro do conceito de desenvolvimento sustentável do turismo, que diz que o crescimento económico só é aceitável se puder manter, em um nível mínimo, a quantidade de bens turísticos de uma geração para a outra.

Ao estudar o turismo e o seu desenvolvimento nos destinos interessa analisar os respetivos impactos no território. Segundo Hill e Gale (2009), os impactos podem ser diferenciados em duas grandes categorias: negativo e positivo, que é determinada consoante forem prejudiciais ou benéficos para a natureza. De acordo com os mesmos autores, o turismo gera impactos nomeadamente económicos como o aumento do rendimento dos habitantes, a criação de emprego, a modificação positiva ou negativa da estrutura económica, a industrialização básica da economia regional, os custos de oportunidade, a dependência excessiva do turismo, a inflação e a especulação imobiliária ou a sazonalidade da procura turística; impactos socioculturais como a modificação positiva da estrutura social, o aumento dos níveis culturais e

profissionais da população, a valorização do artesanato, da herança e da preservação do património histórico e o orgulho étnico, os conflitos religiosos, a destruição do património histórico ou a vulgarização das manifestações culturais; por último, impactos ambientais como o convívio direto com a Natureza, a criação de planos de preservação de áreas naturais, o investimento em medidas de proteção da Natureza por parte dos empreendedores turísticos, a poluição, o congestionamento, a destruição da fauna e da flora, a degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos, entre outros.

O turismo tem sido particularmente responsável por um grande número de problemas ambientais pois o ambiente é um bem público, a custo zero, estando muitas vezes sujeito a excesso de procura e sobreutilização. Esta sobreutilização dos recursos e do espaço natural, sobretudo durante os períodos de pico da atividade turística, bem como muitas vezes o mau planeamento do desenvolvimento do turismo, são exemplos onde o turismo está em conflito com o ambiente (Mathieson e Wall, 1982). O ambiente, como património social, está sujeito a atos de agressão e vandalismo (Baptista, 1997).

Todos os impactos devem ser tidos em consideração num processo de planeamento sustentado do turismo. Perante os impactos que o turismo exerce sobre os destinos turísticos, importa que as entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo orientem as suas ações com base num plano estratégico cumprindo padrões de sustentabilidade, de modo a reduzir os impactos, nomeadamente a degradação ambiental. De acordo com a Carta Internacional do Turismo Cultural (2007), o turismo deve beneficiar as comunidades locais e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para se cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais.

Como mencionam Mathieson e Wall (1982) a conservação e preservação de áreas naturais, sítios arqueológicos ou monumentos históricos surgiu como benefício importante do turismo. A conservação define-se como o conjunto de medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e fauna (decreto-lei nº. 140/99 de 24 de Abril). A conservação de espaços naturais deve compreender a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural de modo a gerar o maior benefício às gerações presentes, mantendo o seu potencial de satisfazer as necessidades das gerações futuras.

Como refere o decreto-lei nº. 140/99 de 24 de Abril a conservação da Natureza, entende-se como a preservação dos diferentes níveis e componentes naturais da biodiversidade, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, tem vindo a afirmar-se como imperativo de ação política e de desenvolvimento cultural e socioeconómico à escala planetária. A primeira grande ação dirigida à conservação do património natural ocorreu em 1979, com a publicação da Diretiva Aves, diretiva nº. 79/409/CEE, do Conselho Europeu, de 2 de Abril, referente à conservação das aves. A diretiva tem por objetivo a proteção, gestão e controlo das espécies de aves que vivem no estado selvagem no território da União Europeia. A diretiva Aves prevê que o estabelecimento de medidas de proteção passa particularmente pela designação de zonas de proteção especial (ZPE). Posteriormente, em 1993, foi publicada a Diretiva Habitats, diretiva nº. 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, que diz respeito à conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens e tem como intuito a conservação da biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia, sobretudo mediante a criação de um conjunto de sítios de interesse comunitário, designados como zonas especiais de conservação (ZEC). Esta diretiva prevê o estabelecimento de uma rede ecológica europeia de zonas especiais de conservação, a Rede Natura 2000, que englobará as ZEC e as ZPE.

A conservação da natureza e da biodiversidade constitui um impulsor de desenvolvimento local e regional e a prática da atividade turística em espaços naturais é possível através de uma gestão executada de forma eficaz e um aproveitamento sustentável dos recursos naturais, bem como uma boa educação ambiental e participação da sociedade, num sentido de benefício comum, de modo a que o turismo proporcione benefícios significativos nas áreas naturais e nas comunidades envolventes e não cause conflitos com as questões que dizem respeito à conservação da natureza.

2. Inventariação de Recursos de Património Natural

A divulgação dos recursos existentes é importante na medida em que promove potenciais recursos turísticos, conduzindo a um aumento da procura. Os sistemas de informação geográfica são uma ferramenta essencial de recolha, armazenamento, atualização, gestão, análise e apresentação do que existe no território e pode ser utilizado como matéria-prima para a indústria do turismo.

A realização de um inventário tem um papel informativo e funciona como um instrumento de investigação. De acordo com a Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, artigo 19º, entende-se por inventariação “o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens existente a nível nacional, com vista à respetiva identificação” e “o inventário abrange os bens independentemente da sua propriedade pública ou privada”. O inventário é uma importante ferramenta para a gestão do turismo uma vez que possibilita a compilação de informações necessárias ao planeamento turístico, devendo permitir uma atualização constante dos dados. Para a sua execução é necessário o mapeamento do território, ou seja, definir qual a área que se pretende inventariar. Este processo poderá ser elaborado com recurso aos sistemas de informação geográfica (SIG), sistema de informação espacial que permite analisar o território.

Os SIG são utilizados para a inventariação sistemática dos recursos turísticos e constituem um conjunto de ferramentas de recolha, armazenamento, atualização, gestão, análise e apresentação de dados. Fitz (2008) define os SIG como sistemas constituídos por um conjunto de programas computacionais, o que integra dados, equipamentos e pessoas com objetivo de recolher, guardar, recuperar, trabalhar, visualizar e analisar dados especialmente referenciados a um sistema de coordenadas conhecido. De acordo com Umbelino e Macedo (2008), os SIG buscam simular a realidade do espaço, admitindo o armazenamento, manipulação e apreciação de dados geográficos num ambiente computacional. A incorporação desta tecnologia pode contribuir para melhorar os serviços oferecidos no mercado turístico (Sousa e Fernandes, 2007), pois tem a capacidade de fazer chegar a informação sobre os recursos turísticos à comunidade e a outros agentes.

A inventariação para o turismo é importante na medida em que a sistematização da listagem dos recursos dá a conhecer o que existe; se não se souber o que existe, não se visita, logo, determinado recurso não terá atratividade. De acordo com Sousa e

Fernandes (2007) se o turista tiver um acesso fácil à informação existente em cada região a partir da Internet, do televisor, de quiosques ou até mesmo de um sistema instalado no telemóvel, a possibilidade de se deslocar ao local é maior. A identificação dos atrativos naturais através do inventário é utilizada como um instrumento de planeamento local, sobretudo de planeamento da atividade turística. A inventariação dos recursos turísticos facilita o mapeamento e a identificação dos recursos com potencialidades desconhecidas.

Neste caso em concreto, foram utilizados os SIG para identificar os recursos de património natural com maior potencial turístico no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo e posteriormente elaborar mapas com a área geográfica de interesse. Quanto às ferramentas utilizadas na metodologia, foi utilizado o Google Earth e os mapas do Bing como mapas base.

2.1 Cartografia turística: recursos naturais e sua activação

O ordenamento do território é importante uma vez que se traduz na gestão da interação do Homem com o meio natural. Consiste em planear a ocupação do espaço, potenciar o aproveitamento das infraestruturas existentes e assegurar a preservação dos recursos que existem em quantidade limitada.

De acordo com Menezes e Fernandes (2003) a informação turística é fundamentalmente geográfica e pode ser trabalhada em duas perspetivas: por um lado, o planeamento turístico que visa fornecer subsídios para o desenvolvimento turístico de um local e por outro lado a orientação de turistas que visitam um destino turístico.

A Cartografia Turística, no que se refere à apresentação da informação turística sob a forma gráfica, é um documento fundamental para a região pois possibilitará ao turista uma visão geral do espaço geográfico com informações relevantes para o planeamento das suas atividades e organização do tempo disponível. A cartografia realizada deverá ser adaptada consoante os diferentes usos e poderá ser mapas em papel, mapas digitais ou publicações na internet, sendo criado e utilizado neste estudo em particular um mapa digital. A noção de escala é essencial para que o turista possa se situar quando consultar o mapa pois, segundo Menezes e Fernandes (2003) o turista ao chegar ao destino interessa-se imediatamente em se localizar e em localizar os sítios e áreas mais importantes para que possa estabelecer uma priorização de

visitas e deslocamentos. Neste contexto, a cartografia turística tem como intuito localizar o turista e situar as suas preferências, respondendo de uma forma simples a questões como “onde estou”, “onde vou” e “como vou”. Como referem Menezes e Fernandes (2003) a noção de escala (distâncias), a direção e o posicionamento são requisitos essenciais para quaisquer mapas voltados para o turismo.

De acordo com os autores anteriormente referidos, podem ser apresentados diferentes tipos de mapas turísticos, tais como: mapas rodoviários, mapas urbanos, localização de áreas importantes, serviços, transportes, entre outros exemplos. Há alguns anos atrás, os mapas eram apresentados somente em meio analógico, no entanto, com o desenvolvimento das tecnologias, atualmente podem ser apresentados em computadores, terminais turísticos, internet, entre outros meios. O uso de mapas geográficos é um processo útil de sinalização dos recursos naturais, nem particular, uma vez que são apresentados e analisados os atrativos que existem num determinado território. A cartografia é, portanto, um meio de comunicação gráfica, sendo o mapa utilizado como veículo de divulgação da informação.

A possibilidade de georreferenciar os recursos permite a sua identificação no espaço geográfico facilitando a sua monitorização e preservação e as novas tecnologias permitem avaliar a disponibilização da informação contida no inventário em ambiente web, contribuindo para a sua divulgação e o acesso ao património existente numa determinada área (Fidalgo, 2009). De acordo com Figueira (2013 a) a adaptação de elementos agrupáveis de forma a criarem um produto específico, a unidade na diversidade territorial é um valor influenciador do modelo de gestão, por exemplo, no desenvolvimento de base territorial; recurso, ao ser apropriado com essa intencionalidade e nessa lógica de agrupamento, torna-se num elemento activo.

2.2 Cadeia de valor no turismo e especificamente no turismo de natureza

Uma cadeia de valor entende-se com um conjunto de atividades executadas por uma organização, começando nas relações com os fornecedores até à distribuição final. O turismo como atividade transversal, ou seja, que atravessa todo um conjunto de setores é uma atividade multifacetada e geograficamente complexa e a sua cadeia engloba sobretudo o setor dos transportes, do alojamento, da restauração e do lazer, cultura e desporto. De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº. 24/2013, Diário da República, 1.ª série - N.º 74 - 16 de abril de 2013, as empresas da cadeia de

valor do turismo, como as agências de viagem, as empresas de animação turística, as companhias de transporte e as unidades de alojamento e restauração, têm vindo a ser desafiadas a consolidar a sua competitividade pela adaptação ou redefinição do seu modelo de negócio.

A cadeia de valor inclui atividades primárias e secundárias (atividades de suporte). As primárias permitem adicionar valor acrescentado de forma direta ao produto final, como por exemplo os transportes, os recursos, as facilidades e os serviços no destino, o marketing ou mesmo a programação e comercialização. Por sua vez, as atividades secundárias permitem adicionar valor acrescentado de forma indireta ao produto final. Englobam-se neste âmbito os modelos de gestão, os recursos humanos, a inovação de produtos e destinos, as tecnologias de informação e comunicação e as parcerias e redes.

De acordo com o Turismo de Portugal (2006), a cadeia de produção de valor no setor do Turismo de Natureza apresenta uma organização deficiente, como consequência de diversos fatores relacionados com, nomeadamente:

- Pequena dimensão das empresas que operam no sector (de um total de 189 empresas, 41% não têm empregados e 41% têm apenas entre um e três empregados);
- Insuficiente acumulação de experiência, tecnologia e Know how (a maioria das empresas foram criadas após 1993 e grande parte tem menos de 10 anos de existência, acumulando pouco tempo de experiência, tecnologia e Know how, principalmente para competir no mercado internacional);
- Falta de regulamentação e/ou controle (ausência, falta de aplicação ou inadequação das licenças para atuar no setor, o que dificulta a qualidade na estruturação e prestação de serviços);
- Limitações para a estruturação de produtos ou experiências integrais (como consequência da regulamentação em vigor, surge as limitações das empresas que atuam no sector do Turismo de Natureza quanto às suas possibilidades para estruturar para comercializar os produtos);
- Por último, o deficit de recursos humanos especializados (a reduzida dimensão das empresas que operam no sector impede o acumular suficiente de recursos humanos).

Segundo o Turismo de Portugal (2006) o Turismo de Natureza reúne determinados fatores chave, tais como:

- ✓ Cenários naturais singulares e de grande capacidade de atração;
- ✓ Abundância e diversidade de flora e fauna;
- ✓ Adequada dotação de infraestruturas de acesso, sinalização e equipamentos básicos (como por exemplo áreas de descanso);
- ✓ Variada oferta de rotas e itinerários adaptada a diversas tipologias de turistas;
- ✓ Bom funcionamento de fornecedores de serviços de apoio (como aluguer de equipamentos e materiais, transportes, entre outros);
- ✓ Cobertura eficaz de seguros;
- ✓ Funcionamento eficiente de serviços médicos de urgência;
- ✓ Disponibilidade de guias e monitores com o domínio de vários idiomas;
- ✓ Alojamento integrado no ambiente natural;
- ✓ Sistemas de certificação de espaços naturais;
- ✓ Sistemas de certificação de empresas operadoras.

Para além da existência de recursos naturais, os destinos turísticos necessitam de criar condições necessárias de modo a que o visitante viva uma experiência inesquecível e deseje voltar ao mesmo lugar para repetir, não se limitando à simples contemplação de panoramas naturais como rios, montanhas ou parques. Pretende-se aproveitar os recursos naturais disponíveis melhorando a visita aos recursos, apostando na qualificação e estruturação da oferta por exemplo no segmento dos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, no turismo equestre e na observação de aves, proporcionando experiências gratificantes e únicas para o turista.

O destino turístico é o espaço físico no qual o visitante permanece pelo menos uma noite onde se encontram os produtos turísticos. O produto turístico recorre aos elementos disponíveis no local e inclui recursos naturais (clima, paisagem, relevo, flora, fauna, recursos hidrográficos, entre outros), culturais (hábitos, costumes e tradições da população) e recursos construídos pelo homem (históricos, culturais,

religiosos, estruturas de acolhimento e alojamento, equipamentos desportivos e de animação, meios de acesso e facilidade de transporte e infraestruturas) e a integridade daquilo que é desfrutado numa experiência vivida pelo turista traduz-se no produto turístico. (Madeira, 2010).

2.3 Análise da doutrina internacional e da legislação europeia e nacional

“Os espaços naturais surgem cada vez mais, no contexto internacional e nacional, como destinos turísticos em que a existência de valores naturais e culturais constituem atributos indissociáveis do turismo de natureza” (Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro) e de acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2014) existe legislação, a nível nacional, que regula o usufruto do meio natural.

Em 1993 foi estabelecido o Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro que determina as normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), tendo como princípio a conservação da Natureza, a proteção dos espaços naturais e das paisagens, a preservação das espécies da fauna e da flora e dos seus habitats naturais, a manutenção dos equilíbrios ecológicos e a proteção dos recursos naturais. Foram introduzidas na ordem jurídica as noções de parque nacional, reserva natural, parque natural e monumento natural (categorias das áreas protegidas de interesse nacional) e ao abrigo da mesma lei criou-se, por exemplo, o Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Posteriormente foi formulado o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e anula os Decretos-Leis n.º 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro. O decreto-lei cria a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) composta pelas áreas essenciais de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e pelas áreas de reserva ecológica e reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico enquanto espaços de continuidade. Estes espaços que “estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas” (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho).

Ainda no decreto-lei referido anteriormente, é estruturado o SNAC, constituído pela RNAP, pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas restantes áreas classificadas sob proteção de compromissos internacionais adotados pelo Estado Português. Quanto à RNAP o presente decreto-lei dispõe sobre as categorias e tipologias de áreas protegida (parque nacional, parque natural, reserva natural, paisagem protegida e monumento natural), os respetivos regimes de gestão e estrutura orgânica e ainda sobre os objetivos e os procedimentos conducentes à sua classificação. No que refere às “áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, destaca-se a criação da figura dos espaços naturais protegidos de carácter transfronteiriço, designados «áreas protegidas transfronteiriças», e a consagração legal das áreas abrangidas por designações de conservação de carácter supranacional” (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho).

Mais tarde estipulou-se a Lei n.º 19/2014 de 14 de Abril que define as bases da política de ambiente e tem como objetivo “a conservação da natureza e da biodiversidade como dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável impõe a adoção das medidas necessárias para travar a perda da biodiversidade, através da preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora no conjunto do território nacional, a proteção de zonas vulneráveis, bem como através da rede fundamental de áreas protegidas, de importância estratégica neste domínio” (Decreto-Lei 19/2014 de 14 de Abril).

3. Metodologia

Quanto à metodologia de trabalho, os dados primários resultaram de deslocações aos locais onde estão inseridos os recursos de património natural, bem como da aplicação de um inquérito por questionário sobre conhecimento dos recursos turísticos naturais no geral e os existentes na área geográfica em estudo.

No que refere aos dados secundários, foi realizada uma revisão da literatura afeta aos conceitos de turismo, turismo de natureza, ecoturismo e outros conceitos teóricos fundamentais para a concretização deste projeto.

3.1 Sequência metodológica do trabalho

No que refere à sequência metodológica de trabalho, e dentro da temática de Turismo de Natureza optou-se por definir um objeto de estudo, a inventariação de recursos de Património Natural residindo no território da base hidrográfica do Tejo.

A escolha do tema e do objeto do estágio surgiu no âmbito do estágio curricular no CESPOGA após realizar um inventário de recursos naturais entre Sardoal e Santarém. Conhecer os recursos existentes neste território é importante na medida em que analisamos e recolhemos informações sobre os mesmos que eram desconhecidas.

Quanto aos métodos e técnicas de trabalho utilizadas é de evidenciar:

1. A realização de um questionário preliminar em rede social de modo a perceber a receptividade ao trabalho (apêndice 1). No questionário os inquiridos são interrogados sobre o planeamento de fim-de-semana, nomeadamente qual seria a duração do fim-de-semana, qual a área escolhida para passar o fim-de-semana, qual o motivo da viagem e qual a atração que pretendia visitar no destino.
2. A elaboração da listagem dos locais a visitar e a inventariar, realizada com base no inquérito e no conhecimento pessoal;
3. A criação da ficha de inventário, ou seja, da ficha descritiva de cada ponto natural de interesse turístico a englobar no inventário. As fichas foram concebidas após o estudo de fichas relativas a recursos turístico-patrimoniais e da ficha utilizada para a realização do inventário florestal nacional. A ficha produzida apresenta-se no quadro 1.

Inventariação de Recursos de Património Natural: Médio Tejo e Lezíria do Tejo

Identificação	Denominação Institucional		Denominação Comum	
	Categoria		Tipo	
	Propriedade	Responsável	Enquadramento Legislativo	Rede em que se insere
	Localização		Georeferenciação	
Caraterização	Descrição Sumária			
	Particularidades	Geologia		
		Fauna		
Flora				
Avaliação	Capacidade atrativa	Internacional	Notoriedade	Forte
		Nacional		Média
		Regional		Fraca
		Local		
Informação complementar	Tipo de visitante	Estrangeiro	Tipo de entrada	Livre
		Nacional		Paga
		Regional		
		Nacional		
	Atividades dentro do recurso	Natureza	Observação de Aves	
			Observação da Fauna	
			Observação da Flora	
		Desporto	Aquático	
			Aventura	
		Passeio	Cruzeiros	
			Passeio de barco	
			Passeio de cavalo	
			Passeio de bicicleta	
			Passeio a pé	
		Outras atividades	Atividades culturais	
			Atividades sociais	
			Realização de eventos	
Estudos e investigação				
Compras de artesanato				
Outras				

Quadro 1- Ficha descritiva do recurso natural

No topo da ficha descritiva de cada recurso turístico consta a identificação do mesmo: a denominação institucional, ou seja, o nome/designação legal do recurso; e a

denominação comum que é o nome pelo qual o recurso é conhecido, ou seja, designação “popular” que poderá não ser o mesmo nome oficial.

A repartição dos recursos inventariados segundo a categoria e o tipo é fundamental para o mapeamento futuro dos atrativos em qualquer território. As diferentes categorias e tipos dos atrativos turísticos definiram-se de acordo com Goeldner *et al.* (2000), como se pode ver no quadro 2:

Categoria	Tipo
Cultural	- Sítios históricos
	- Museus
Natural	- Parques
	-Flora e Fauna
Eventos	-Festivais
	-Eventos religiosos
Recreação	- Golf
	- Caminhadas
Entretenimento	- Parques temáticos
	- Cinemas

Quadro 2- Categoria e Tipo de atrativo turístico

Fonte: Adaptado de Goeldner et al., 2000

No campo “propriedade” e “responsável” deverá ser indicada a pertença de propriedade e a quem está encarregue do recurso. O enquadramento legislativo refere-se ao princípio regulador de cada bem inventariado e a rede em que se insere diz respeito à rede em que cada recurso poderá estar inserido como por exemplo a Rede Portuguesa de Museus, Rede dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade, Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, entre outras redes existentes.

Ainda na identificação do recurso irá constar a localidade/concelho onde se encontra e as coordenadas geográficas retiradas no local e projetadas no do Sistema de Informação Geográfica Quantum Gis.

Quanto à caracterização do recurso, consta na ficha de inventário a descrição sumária no qual se pretende descrever sinteticamente o que é o recurso; bem como as suas particularidades do ponto de vista da geologia, fauna e flora do mesmo (tipos de fauna e flora encontrados no local do atrativo).

Relativamente à avaliação, pretende-se avaliar a capacidade atrativa que poderá ser internacional, nacional, regional ou local, e o grau de notoriedade do atrativo se é forte, médio ou fraco.

A ficha comporta também informação sobre a acessibilidade ao sítio, nomeadamente: se o acesso é excelente, bom, mau ou péssimo; e qual o meio de acesso que é possível chegar até ao recurso, nomeadamente se é por via terrestre, aérea ou marítima.

No que refere à informação complementar, a informação é sobre o tipo de visitante que visita o recurso (estrangeiro, nacional, regional ou local), o tipo de entrada (livre ou paga) e por último, as atividades que se podem desenvolver dentro do recurso: atividades de natureza como observação de aves, observação da fauna ou da flora; atividades de desporto como desportos de aventura ou aquáticos; Passeios como cruzeiros, passeios de barco, a cavalo, de bicicleta ou a pé; outra atividades como atividades culturais ou sociais, realização de eventos, estudos e investigação, compras de artesanato, entre outras. Desta ficha descritiva consta também uma fotografia de cada recurso inventariado.

4. As saídas de campo preparatórias do inventário e a produção de fichas descritivas dos pontos naturais de interesse turístico. Os dados primários resultaram do trabalho de campo, ou seja, das deslocações aos pontos de interesse turístico previamente listados e a outros que foram descobertos. Durante as deslocações foi possível observar cada recurso, fotografá-lo e preencher a respetiva da ficha de inventário;
5. A Criação da base de dados do inventário trata-se de uma base de dados, usando o Microsoft Access, onde estão inseridos os lugares identificados, que é passível de atualização a qualquer momento;

6. A aplicação da base de dados aos SIG através da criação de uma cartografia específica;
7. A criação de uma galeria de fotos onde se disponibilizam mais fotos de todos os locais na plataforma on-line Flickr, cujo endereço eletrónico é <https://www.flickr.com/photos/126234875@N04/>;
8. A realização de um inquérito por questionário (validação do questionário, difusão, tratamento de dados), de onde resultaram parte dos dados primários, com o intuito avaliar o conhecimento da população relativo aos recursos turísticos naturais existentes no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo. Depois de criada a estrutura do inquérito foi feita a validação do questionário após inquirição de catorze pessoas escolhidas entre o universo de docentes de Turismo e Ambiente e Ordenamento do Território no Instituto Politécnico de Tomar, sendo nove indivíduos do sexo feminino e cinco do sexo masculino, com idades compreendidas entre os dezoito e os cinquenta anos de idade. Foi feita a difusão do inquérito e por fim procedeu-se ao tratamento estatístico, sumário dos dados obtidos (Apêndice 2).

4. Resultados

4.1 Inventário do património natural no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo – “INVNATEJO-Tur”

O território português, ainda que pequeno, tem uma natureza diversificada e o rio Tejo, o rio mais extenso da Península Ibérica, separa dois tipos de paisagem diferentes: a norte uma paisagem mais montanhosa e a sul uma paisagem mais plana.

De acordo com o Decreto-lei 244/2002 de 5 de Novembro, o Conselho de Ministros n.º 34/86, de 26 de Março, determinou três níveis de Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS): NUTS I, NUTS II e NUTS III. Estes três níveis podem descrever-se do seguinte modo:

- Nível I- composto por três unidades que correspondem ao território continental e de cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Nível II- composto por sete unidades que correspondem ao Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve e os territórios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Nível III- composto por 30 unidades que correspondem ao Minho-Lima; Cávado; Ave; Grande Porto; Tâmega; Entre Douro e Vouga; Douro; Alto Trás-os-Montes; Baixo Vouga; Baixo Mondego; Pinhal Litoral; Pinhal Interior Norte; Pinhal Interior Sul; Dão-Lafões; Serra da Estrela; Beira Interior Norte; Beira Interior Sul; Cova da Beira; Oeste; Médio Tejo; Grande Lisboa; Península de Setúbal; Lezíria do Tejo; Alentejo Litoral; Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo; Algarve; e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Uma vez que a inventariação foi realizada entre Sardoal e Santarém, devido a um critério geográfico, o presente trabalho incide somente sobre o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo, correspondente ao nível III da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

O Médio Tejo localiza-se na região Centro, distrito de Santarém, e é constituído por onze Municípios: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha e de acordo com o portal regional do Médio Tejo (2014), a região possui 247.330 habitantes.

A região do Médio Tejo é um território com um grande potencial para se explorar e investir uma vez que dispõe de uma excelente localização e bons acessos. Devido à

existência do rio Tejo, sendo a água o grande atrativo do Turismo de Lazer nesta região, é possível a criação de espaços de recreio e lazer, assim como a construção de equipamentos recreativos e desportivos associados ao rio. A região referida tem ainda um papel importante em diversos produtos turísticos associados ao Touring Cultural e Paisagístico, Turismo de Natureza, Gastronomia e Vinhos. A Lezíria do Tejo localiza-se na Região Alentejo e é composta por onze municípios: Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém e segundo o portal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (2014), o território possui cerca de 240.500 habitantes, distribuídos pelos vários concelhos.

A região da Lezíria do Tejo é uma zona com uma diversidade de recursos e potencialidades e uma vez que é atravessada pelo rio Tejo, um território com potencial para desenvolvimento, pela extensão e fertilidade dos solos, pelo valor das suas paisagens, bem como o bom posicionamento que lhe confere vantagens competitivas relevantes.

Neste trabalho de estágio devido à localização particular, foi decidido, por um critério geográfico associado ao interesse da instituição, realizar o levantamento e a inventariação sistemática dos recursos naturais existentes naquela zona de influência. Assim, optou-se pelas zonas do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, tendo-se usado o Rio Tejo como elemento fulcral da localização do estudo. Delimitou-se a região por questões de limitação do tempo disponível para o trabalho tendo-se optado por estabelecer o Sardoal como limite a Norte e Santarém como limite a Sul.

A inventariação de recursos é essencial para uma gestão adequada e, em primeiro lugar, é necessário o mapeamento do território. Nos SIG foi projetado o mapa do território nacional no qual foram assinalados os concelhos em estudo: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Sardoal, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Golegã e Santarém. Posteriormente, no mapa, foram marcados os pontos naturais de interesse turístico a inventariar e após a visita ao atrativo foi preenchida a ficha descritiva correspondente a cada recurso, no Microsoft Access.

No que se refere às saídas de campo, foram realizadas cinco deslocações em diferentes dias:

Saídas de Campo	Atrativos Turísticos
1ª saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Barquinha Parque (Vila Nova da Barquinha) ▪ Quinta da Cardiga (Golegã) ▪ Areeiro (Golegã);
2ª saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Praia Fluvial Rosa Mana (Sardoal), ▪ Praia Fluvial da Lapa (Sardoal), Aquapolis ▪ Parque Urbano Ribeirinho (Abrantes) ▪ Parque Urbano de Abrantes São Lourenço (Abrantes) ▪ Zona Ribeirinha de Constância (Constância) ▪ Castelo de Almourol (Almourol) ▪ Tancos / Arrepiado (Tancos)
3ª saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parque Verde do Bonito (Entroncamento) ▪ Areeiro – Porto das Mulheres (Chamusca) ▪ Equuspolis (Golegã)
4ª saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nascente do Alviela – Olhos d’Água (Alcanena) ▪ Mouchão-Parque e Cascatas de Água (Pernes)
5ª saída	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reserva Natural do Paúl do Boquilobo (Golegã).

Quadro 3- Saídas de Campo

As saídas de campo permitiram observar o recurso e analisá-lo sobretudo quanto ao seu estado de conservação e às suas particularidades do ponto de vista da geologia, da fauna e da flora, bem como a sua acessibilidade relativamente ao acesso e meio de acesso ao recurso, bem como fotografar o bem inventariado, registando-se o seu estado atual. A maioria dos casos observados encontram-se mal sinalizados, apresentando más condições de conservação e sendo notório estado de abandono. Assim, é necessário recuperar o espaço aproveitando-o duma melhor forma.

4.1.1 Contributos para a cartografia turística no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo: os recursos naturais

4.1.1.1 Apresentação da base de dados criada para o efeito

Com o intuito de elaborar a cartografia turística na qual fossem indicados os recursos naturais em estudo, foi criada uma base de dados atualizável para o efeito no Microsoft Access, após deslocações aos locais e preenchidas as fichas descritivas.

A figura 5 apresenta a página inicial da base de dados “Inventariação de Recursos Naturais e Culturais” e apresenta o mapa da área geográfica de estudo, Médio Tejo e Lezíria do Tejo. O visitante da base poderá optar por imprimir um relatório no qual poderá escolher o (s) recurso (s) que constará no relatório; e adicionar um novo registo, uma vez que a base de dados é atualizável qualquer indivíduo que tenha acesso à base poderá juntar uma nova ficha de um recurso inexistente. Para além do referido, será possível ver todos os registos criados anteriormente. Cada campo a preencher nos registos de cada atrativo, correspondem aos campos da ficha descritiva mencionada anteriormente.



Figura 5- Base de dados dos recursos turísticos naturais

Na parte inferior da base de dados encontram-se várias opções, nomeadamente o botão para eliminar registo, guardar registo, novo registo, bem como um botão para voltar ao registo anterior e outro para seguir para o próximo registo. É possível ainda encontrar um botão no qual é possível voltar à página inicial da base de dados.

4.2 Análise e interpretação dos dados obtidos através do inquérito por questionário

Antes da realização do inquérito final, no dia 20 de Maio de 2014 decorreu, no Instituto Politécnico de Tomar, uma reunião com os orientadores de estágio Luís Mota Figueira, Luís Santos e Cecília Baptista de modo a elaborar o guião do inquérito questionário (apêndice 2).

Ao recolher e analisar os questionários ensaiados verificou-se que era necessário realizar algumas alterações, tais como referir na questão se se pode assinalar mais do que uma alínea e outra sugestão foi fazer a ligação da questão “Com que frequência visita os atrativos naturais anteriormente referidos?” com a questão “Se sim, quais?” que diz respeito à tabela na qual se pretende assinalar os atrativos turísticos que o inquirido conhece; e foram acrescentadas questões como “Na sua visita ao atrativo natural, associa a experiência turística a que domínio complementar?” e “Considera que a preservação e conservação dos ambientes naturais contribui para aumentar a qualidade de vida da comunidade envolvente?”.

Posteriormente foi reformulado o questionário e foi difundido via on-line, através da ferramenta “Google Drive”, com o intuito de perceber o conhecimento da população relativo aos recursos turísticos naturais existentes no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo (apêndice 3). O questionário faz inicialmente uma breve abordagem relativa ao autor e à relevância do inquérito. De seguida são apresentadas questões de resposta fechada com várias opções de escolha e uma última questão onde é utilizada uma escala de Likert (de 1 a 5):

- Questões sobre as características do inquirido como o sexo, a idade, as habilitações literárias e o concelho de residência;
- Questões relativas ao conhecimento do inquirido sobre o acesso aos recursos naturais, o conhecimento dos atrativos existentes entre Sardoal e Santarém, através de que meio teve conhecimento dos mesmos e com que frequência os visita;
- É abordado o tema da conservação dos recursos naturais, a contribuição da execução de um inventário para a proteção e conservação dos recursos e quais as principais barreiras à proteção e conservação dos recursos naturais;

- Associação da experiência turística da visita ao atrativo natural a outro domínio complementar, contribuição dos recursos naturais e culturais para o desenvolvimento local, bem como a contribuição da preservação e conservação dos ambientes naturais para a qualidade de vida da comunidade envolvente.

No total foram recolhidas 75 respostas registando-se em termos de género 53 do sexo feminino (71%), 21 do sexo masculino (28%) e um inquirido (1%) que optou por não responder a esta questão (gráfico 1). Relativamente às idades, na faixa etária com menos de 18 anos apenas responderam dois indivíduos (3%), com idades compreendidas entre os 18 e os 25 responderam 42 inquiridos (57%), entre os 26 e os 35 anos responderam 16 pessoas (21%), com idade superior a 35 anos apenas responderam 14 indivíduos (19%) e uma pessoa optou por não responder (1%), como se pode observar no gráfico 2.

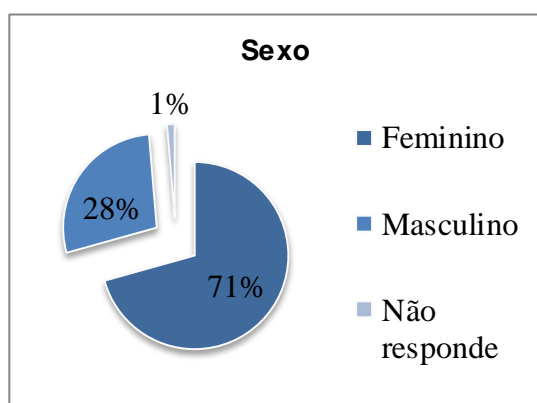


Gráfico 1- Sexo dos inquiridos

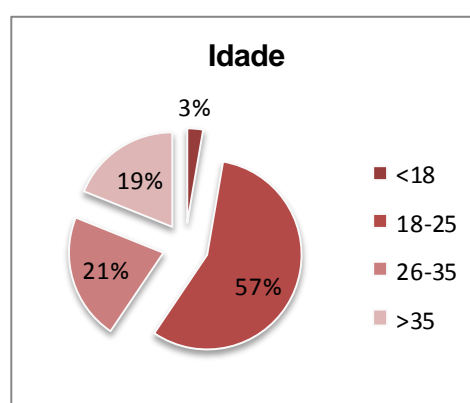


Gráfico 2- Idade dos indivíduos

No quadro 2, alusivo às habilitações literárias, verifica-se que responderam apenas 6 indivíduos com o 9º ano (8%), 13 pessoas com o 12º ano (17%), 46 respostas do total correspondem a inquiridos licenciados (61%) e 7 indivíduos com grau de mestre (9%). Na categoria “outros” responderam 3 indivíduos (4%).

Inventariação de Recursos de Património Natural: Médio Tejo e Lezíria do Tejo

9º ano	6	8%
12º anos	13	17%
Licenciatura	46	61%
Mestrado	7	9%
Outro	3	4%

Quadro 4- Habilitações Literárias

4. Resultados

Abrantes	4	5%	Ílhavo	2	3%
Águeda	2	3%	Leiria	2	3%
Alcanena	2	3%	Lisboa	1	1%
Alvaiázere	1	1%	Maia	1	1%
Aveiro	4	5%	Oeiras	1	1%
Barcelos	1	1%	Oliveira de Azeméis	1	1%
Beja	1	1%	Paredes	1	1%
Caldas da Rainha	1	1%	Penafiel	1	1%
Chamusca	1	1%	Ponta Delgada	1	1%
Coimbra	2	3%	Ponte de Sor	1	1%
Crato	1	1%	Portimão	1	1%
Estarreja	1	1%	Santarém	4	5%
Golegã	2	3%	Tomar	22	29%
Guimarães	1	1%	Torres Novas	7	9%
			Vila Franca de Xira	2	3%
			Não responde	2	3%

Quadro 5- Concelho de Residência

Ao analisar o quadro 5, pode-se concluir que os inquiridos residem maioritariamente no concelho de Tomar, no qual responderam 22 inquiridos, correspondente a 29%. Os restantes dos inquiridos distribuem-se pelos concelhos mais a Norte como Ílhavo ou Aveiro e concelhos mais a Sul como Crato ou Ponte de Sor e até um inquirido de Ponta Delgada.

A maioria dos inquiridos conhece os recursos existentes na região, uma vez que 66 indivíduos responderam ter conhecimento (87%), 8 dos inquiridos não conhece os recursos na região (11%), como se verifica no gráfico 3.

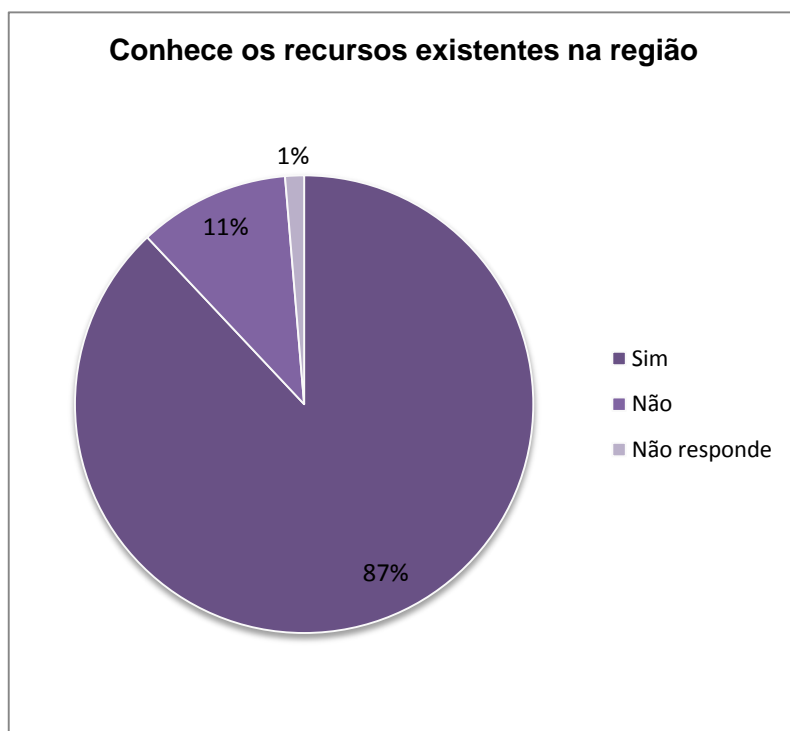


Gráfico 3- Conhecimento dos recursos naturais da região

De seguida, perguntou-se aos inquiridos se concordam com o acesso turístico público aos recursos naturais, obtendo-se 84% de respostas positivas, 8% respostas negativas e 8% não respondeu (gráfico 4).

Ao questionar os inquiridos se concordam com o acesso livre ou condicionado aos recursos naturais, 24 indivíduos

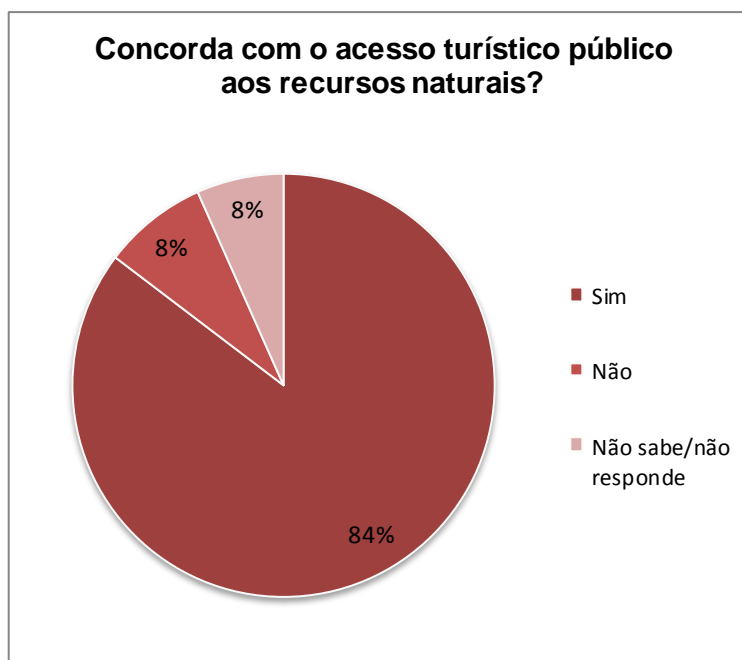


Gráfico 4- Acesso turístico aos recursos naturais

responderam o acesso livre (32%), 42 pessoas responderam “condicionado” (55%) condicionado e os restantes inquiridos não quiseram responder (13%), como se pode ver no gráfico 5.

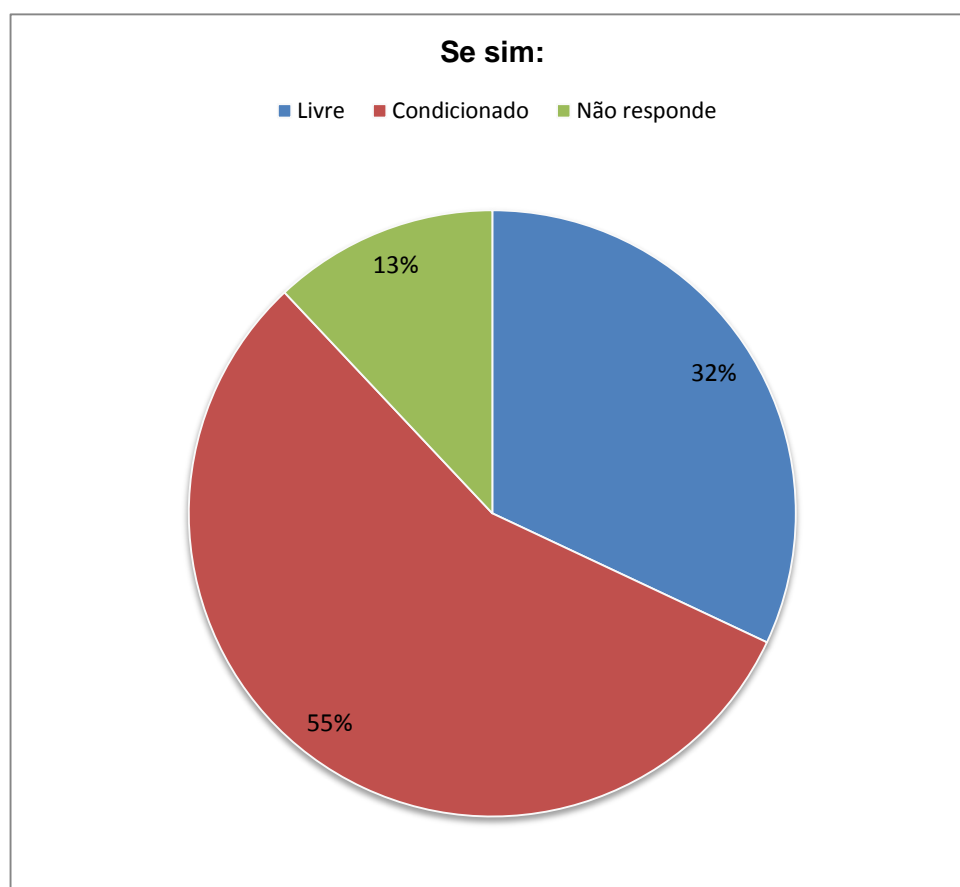


Gráfico 5- Acesso aos recursos: livre ou condicionado

Quanto à questão “Conhece os atrativos turísticos naturais existentes no Vale do Tejo entre Sardoal e Santarém”, a maior parte dos inquiridos conhece o património natural existentes na região em estudo pois 49 respostas positivas (64%) e 26 respostas negativas (34%).

Relativamente ao conhecimento dos atrativos turísticos, verifica-se no gráfico 6 que o Castelo de Almourol é o atrativo mais conhecido, de seguida o Parque da Barquinha, a Zona Ribeirinha de Constância e o Parque Verde Do Bonito.

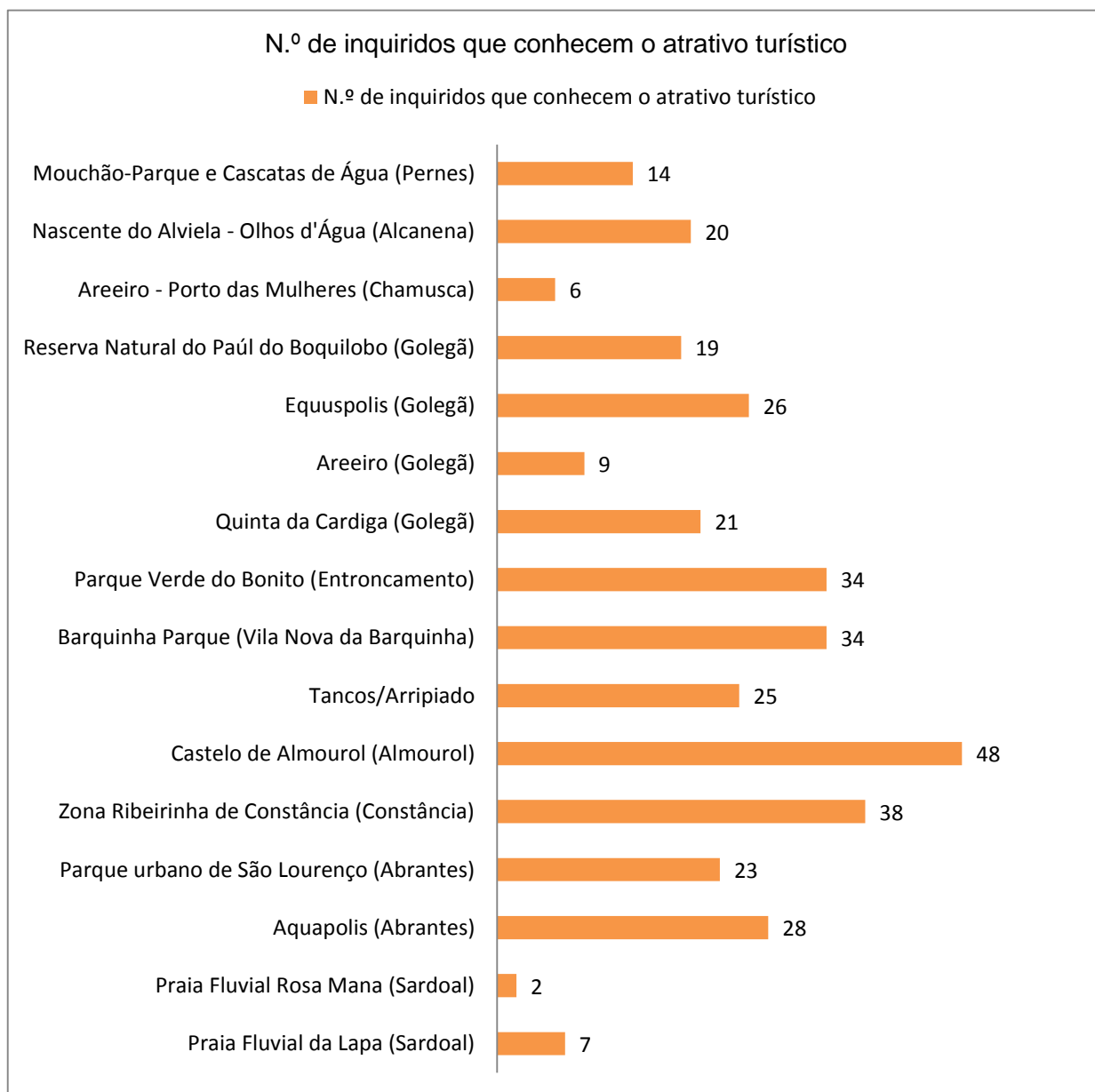


Gráfico 6 - N.º. de inquiridos que conhecem o atrativo

Uma maior percentagem de conhecimento dos atrativos referidos deve-se ao facto de estarem na área geográfica de residência dos inquiridos e serem atrativos mais notórios que os restantes. A praia fluvial Rosa Mana assim como a praia Fluvial da Lapa, ambas no Sardoal, têm um grau de atratividade menor pois localizam-se em lugares pouco visíveis, o que justifica serem poucos os inquiridos que sabem da sua existência. O meio de conhecimento da existência dos atrativos mais selecionado foi a comunicação pessoal através dos amigos e a descoberta pessoal com 40 e 32 respostas respetivamente (gráfico 7).

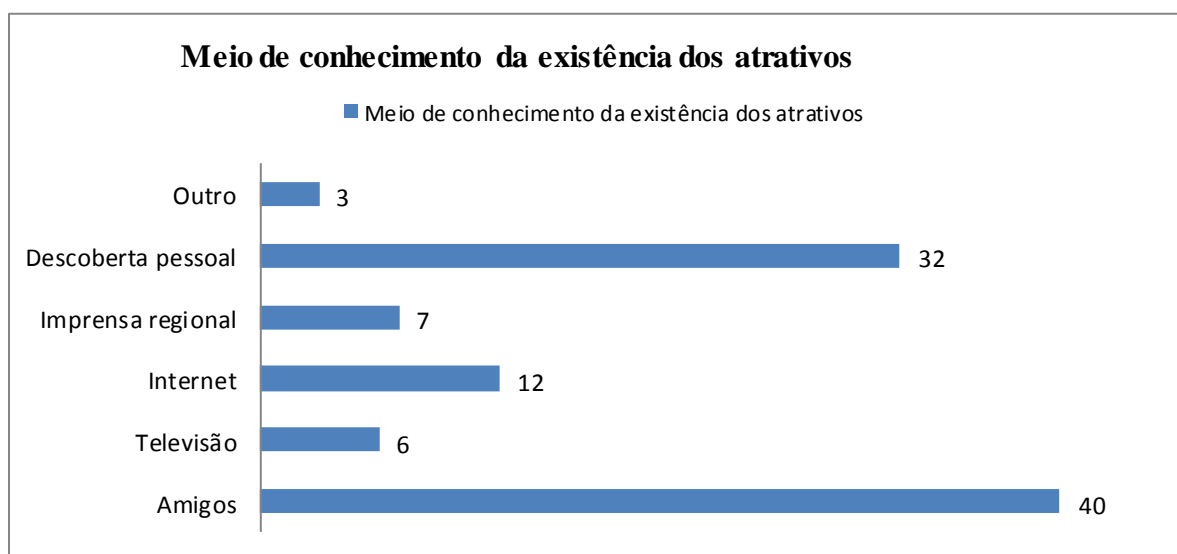


Gráfico 7 - Meio de conhecimento dos atrativos

No decorrer do inquérito por questionário foi questionado com que frequência o inquirido visita os atrativos assinalados e a maioria respondeu 1 a 2 vezes por ano o que corresponde a 37%, ou seja, 28 inquiridos (gráfico 8).

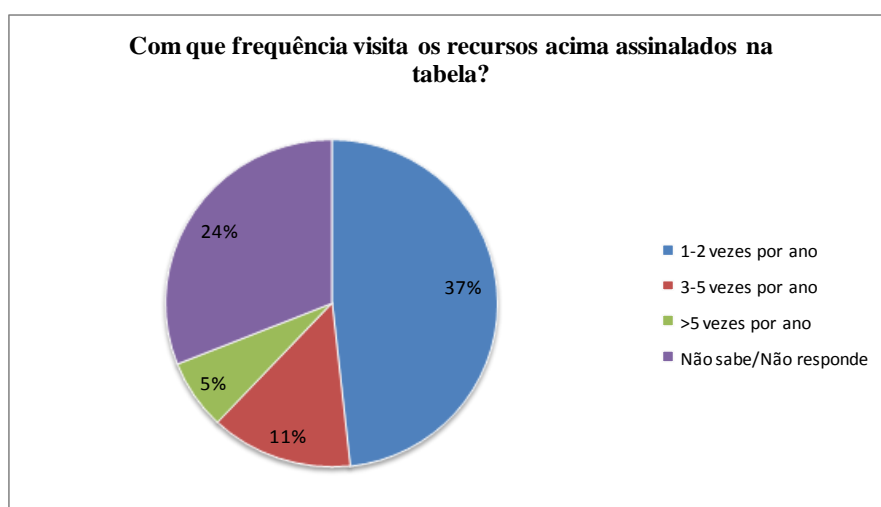


Gráfico 8 - Visitação ao recurso

No inquérito questionou-se os inquiridos se concordam ou não com a proteção e conservação dos recursos naturais onde 69 indivíduos (91%) responderam que sim e 2 responderam que não (3%), como se observa no gráfico 9. Outra questão foi se a execução de um inventário contribui para a proteção e conservação dos recursos, obtendo-se 65 respostas positivas e 2 negativas, 86% e 3% respetivamente (quadro 10).

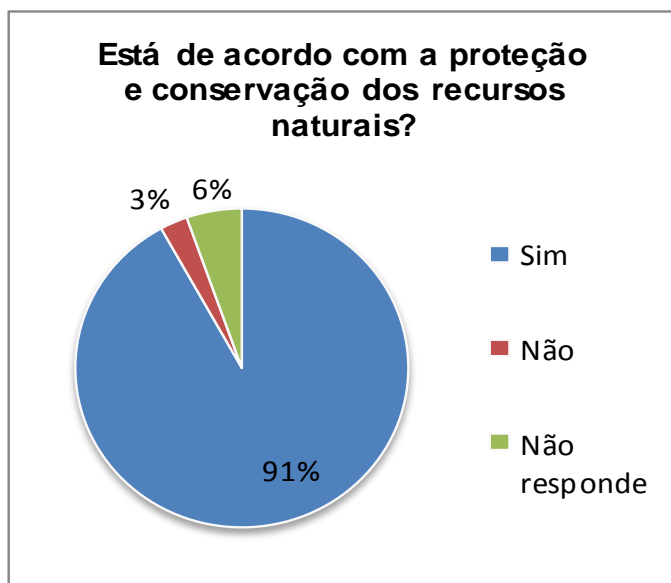


Gráfico 9 - Proteção e conservação dos recursos naturais



Gráfico 10 - Contribuição da execução de um inventário

Os inquiridos foram solicitados a indicar quais as barreiras à proteção e conservação dos recursos naturais. A resposta maioritária recaiu sobre as burocracias administrativas, a propriedade, seja pública ou privada, e a legislação a que está sujeito o recurso, como mostra o gráfico 11.

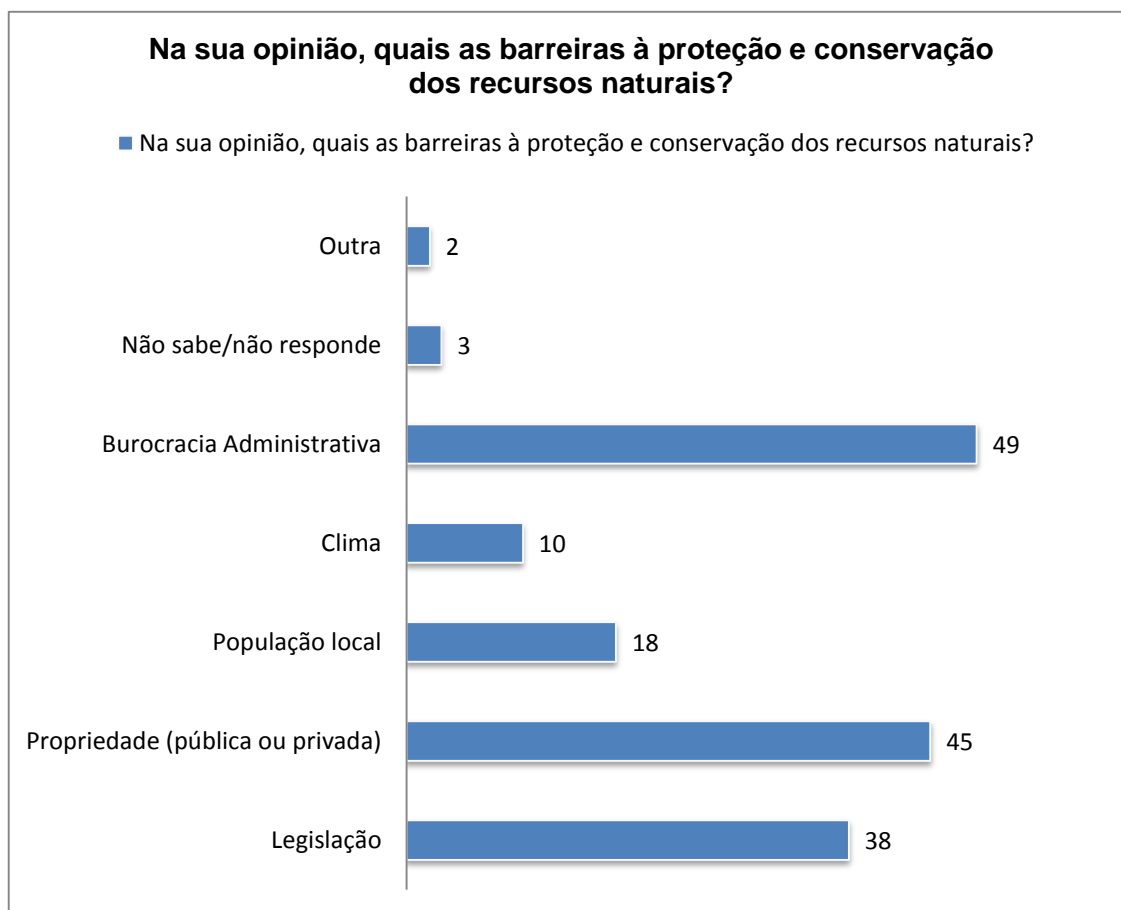


Gráfico 11 - Barreiras à proteção e conservação dos recursos

Para a realização deste estudo, foi importante questionar a que domínio complementar associam a experiência ao atrativo natural cuja resposta mais assinalada foi a área do entretenimento e lazer, turismo cultural e ao desporto (gráfico 12).

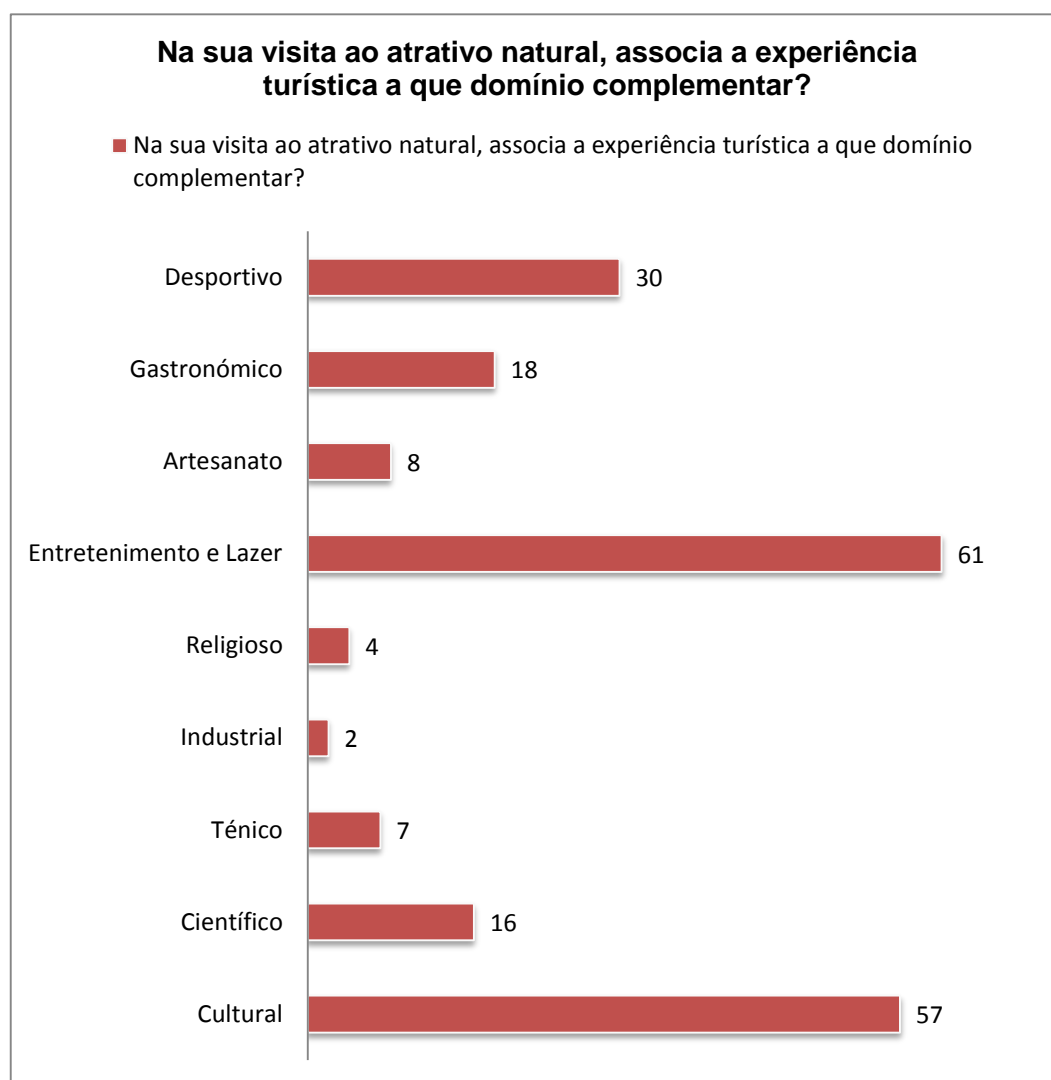


Gráfico 12 - Domínio complementar à visita ao atrativos natural

A penúltima questão incidia sobre a forma em que os recursos naturais e culturais contribuem para o desenvolvimento do local em que estão inseridos. Na opinião dos inquiridos, os recursos naturais e culturais contribuem, sobretudo, para a criação de valor no destino e para o aumento da atratividade no destino, como se verifica no gráfico 13.

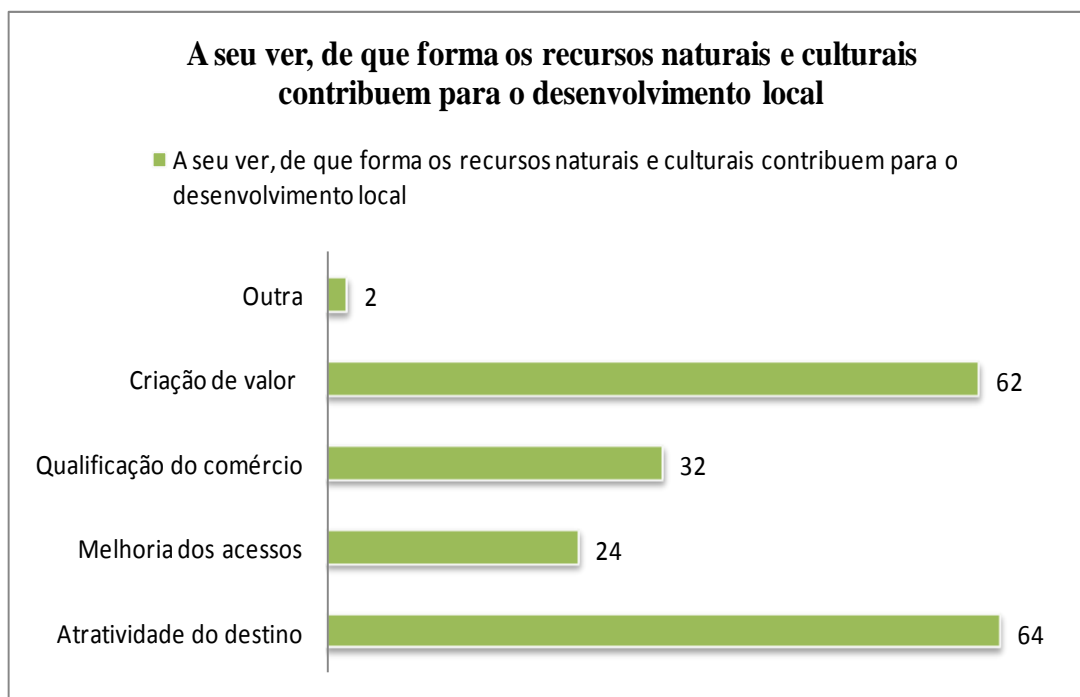


Gráfico 13 - Contribuição dos recursos naturais e culturais

Por fim, foi solicitado aos inquiridos que fizessem uma correspondência entre o nível de contribuição da preservação e da conservação dos ambientes naturais e o aumento da qualidade de vida da comunidade envolvente ao recurso natural. Utilizou-se para tal uma escala de Likert. A generalidade dos indivíduos entende que a relação entre estes (a contribuição de grau 5 ou 4 é grande, com 35 e 31 respostas respetivamente), como mostra o gráfico 14.

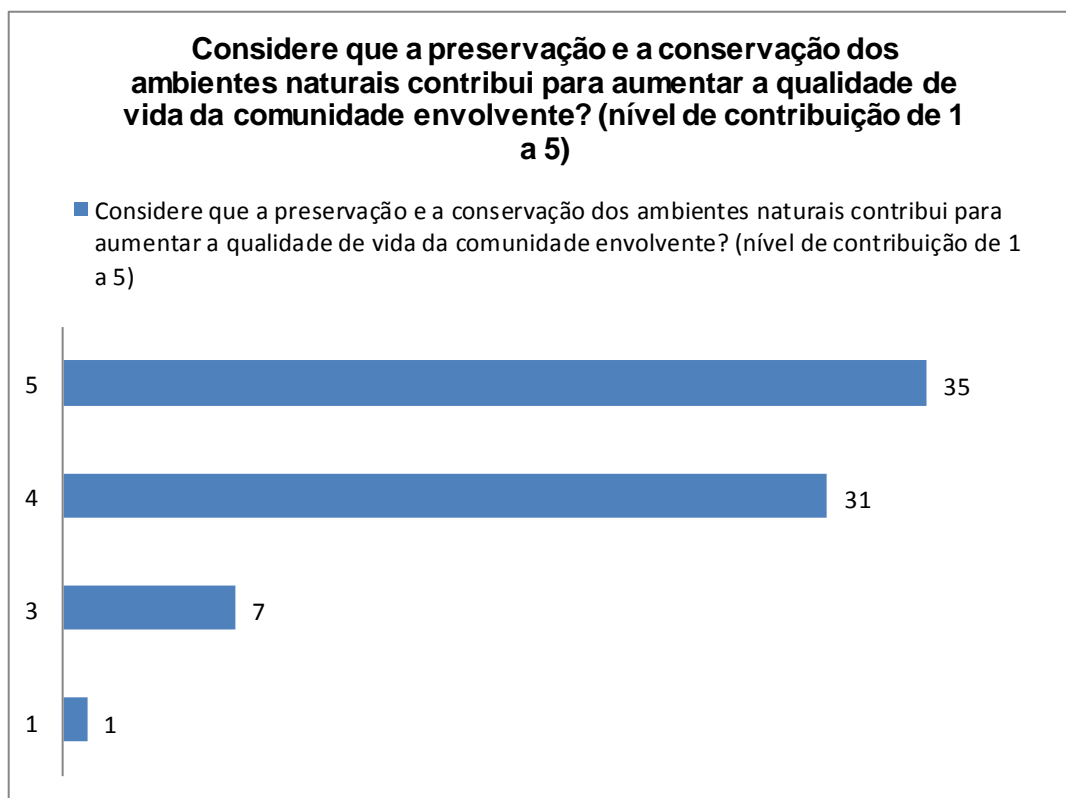


Gráfico 14 - Contribuição da preservação e conservação dos ambientes naturais

Ao analisar o inquérito por questionário no seu todo conclui-se que os inquiridos que responderam encontram-se maioritariamente entre os 18 e os 25, naturais de Norte a Sul do País e Ilhas em idade ativa, e têm conhecimento da existência da maior parte dos recursos de património natural existentes entre Sardoal e Santarém.

Na perspetiva dos inquiridos, estes estão de acordo com a proteção e conservação do património natural e consideram as burocracias administrativas, a propriedade pública ou privada e a legislação como barreiras à proteção e conservação dos atrativos. Os inquiridos reconhecem a preservação e conservação dos ambientes naturais como um contributo forte para a qualidade de vida da comunidade envolvente e associam a experiência da visita aos atrativos naturais ao entretenimento e lazer, ao turismo cultural e ao turismo desportivo.

4.3 Aplicação da base de dados ao mapeamento: cartografia específica criada

No decorrer no trabalho, após criada a base de dados no Microsoft Access, foi produzida uma cartografia específica com o objetivo de definir a área geográfica de estudo e posteriormente marcar os pontos de interesse turístico, ou seja, os atrativos turísticos naturais existentes no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo. Para tal, recorreu-se à tecnologia digital de cartografia disponível de utilização livre e gratuita, o Quantum Gis 2.0.

Na ferramenta Quantum Gis 2.0 foram elaborados dois mapas. A figura 6 apresenta a área geográfica em estudo, o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo, inserido no mapa de Portugal Continental.

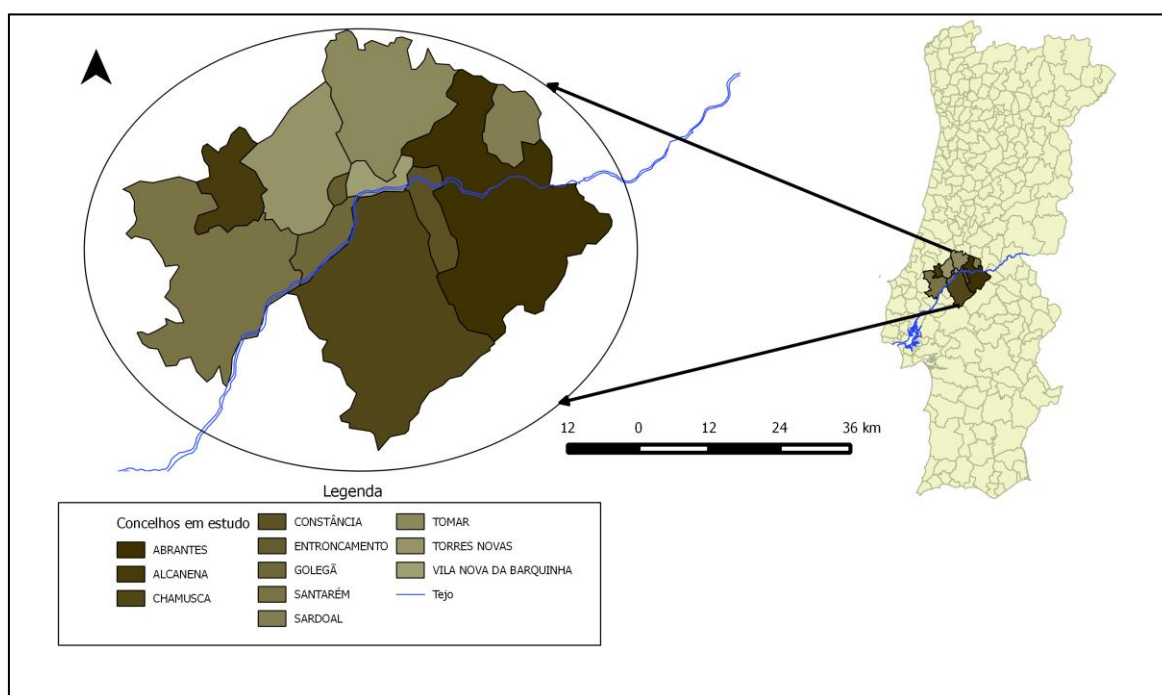


Figura 6- Mapa de Portugal e área geográfica em estudo

A figura 7 apresenta o mapa onde foram assinalados os recursos naturais visitados e inventariados com potencialidade para se tornarem atrativos turísticos, entre Sardoal e Santarém.

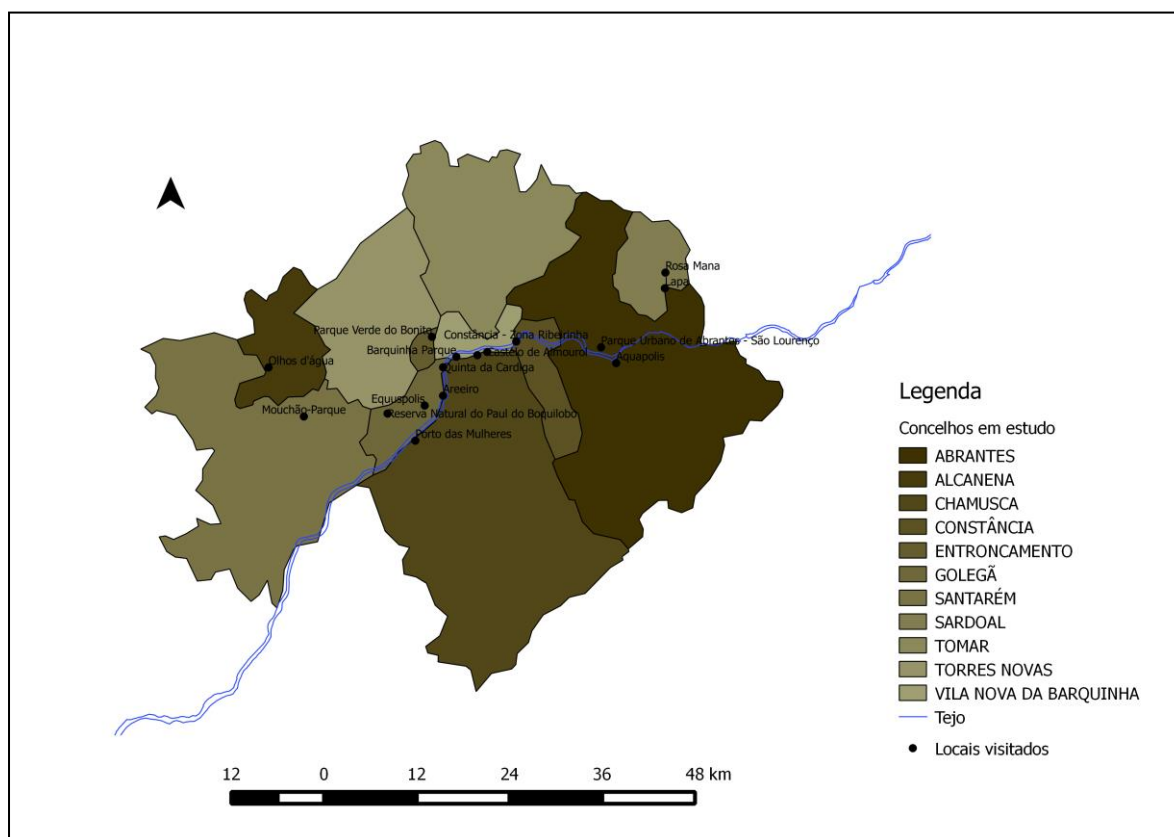


Figura 7- Pontos turísticos inventariados

Como proposta da aplicação do novo conhecimento adquirido propõe-se, na área da conservação e preservação dos espaços naturais, a formação de agentes de turismo com noção dos valores naturais e da sua vulnerabilidade, bem como a construção de abrigos para fotografar a natureza de modo a proteger o ambiente natural e causar impactes mínimos nos ecossistemas. De maneira a combater o abandono do património visitado, surge como solução a criação de uma rota e de acordo com Figueira (2013 b), “caso tenhamos vários pontos (circuitos) e, perante a necessidade de estabelecer percursos diferenciados para cada sequência alinhada de pontos (itinerários), poderemos estabelecer conjuntos distintos, unidos por uma temática comum (de cada rota) originando um percurso.

Poderia ser criada a “Rota Verde”, um percurso com vários itinerários uma vez que os atrativos se situam em lugares distantes uns dos outros (onde se podem organizar

circuitos locais), seria uma solução ao desconhecimento e abandono dos mesmos, como se pode ver na figura 8.

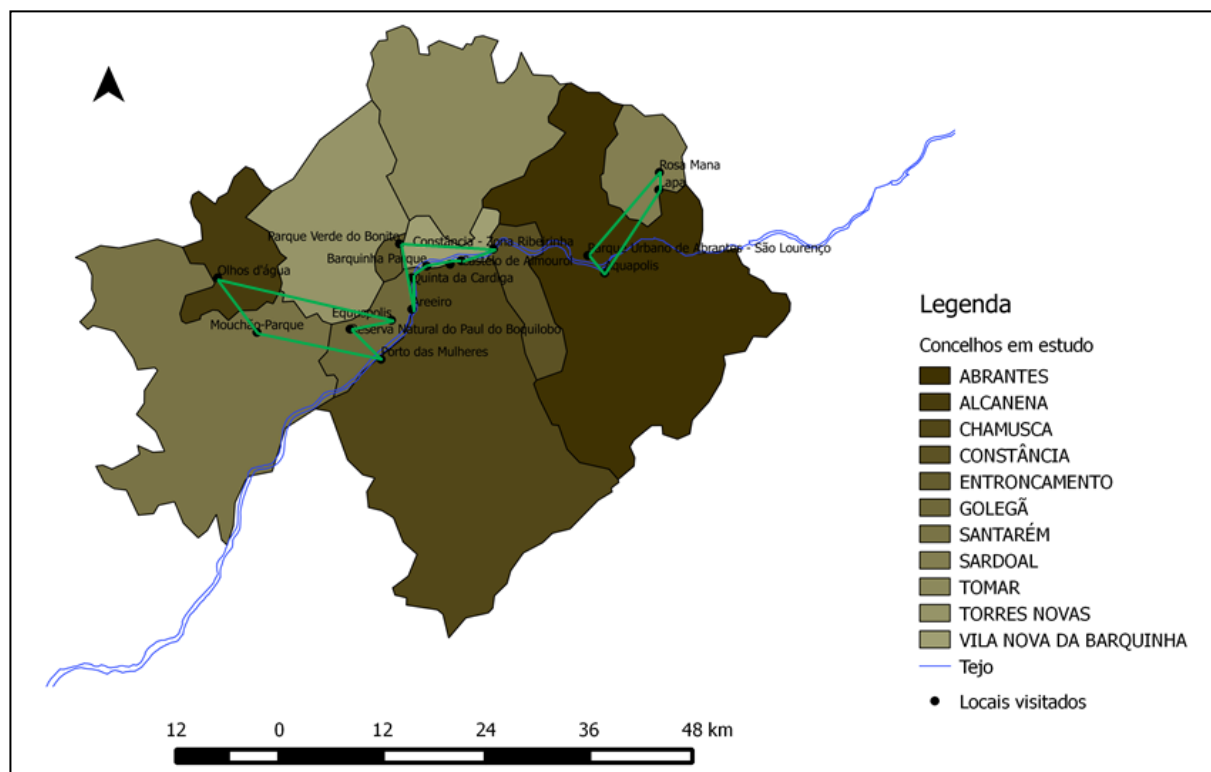


Figura 8 - Proposta de Rota

A “Rota Verde” seria composta por três itinerários:

- Itinerário 1



Praia Fluvial Rosa Mana



Praia Fluvial da Lapa



Parque Urbano São Lourenço



Aquapolis

- Itinerário 2



Zona Ribeirinha de Constância



Castelo de Almourol



Tancos e Arrepiado



Barquinha Parque



Quinta da Cardiga



Areeiro



Parque Verde do Bonito

- Itinerário 3



Equuspolis



Reserva Natural do Paúl do Boquilobo



Olhos d'Água



Mouchão-Parque e Cascata de Água

A realização da rota, com vários itinerários que passem por potenciais atrativos turísticos, teria em vista uma melhor exploração dos atrativos inventariados, dando uma maior atratividade ao destino onde está inserido. De acordo com Figueira (2013 b) “a Roteirização do Turismo, inerente ao planeamento e turistificação dos territórios é parte significativa dos fatores de diferenciação e de competitividade dos destinos” pois “Nesta lógica de apropriação de elementos agregáveis de forma a criarem um produto específico, a unidade na diversidade territorial é um valor influenciador do modelo de gestão, p.e., no desenvolvimento de base territorial”.

Conclusão

O turismo engloba muito mais do que hotéis, restaurantes, praias e viajar. É tudo o que seja capaz de motivar a deslocação de pessoas, ocupar os seus tempos livres ou satisfazer as necessidades que decorram durante a sua permanência num destino, sendo entendido como recurso turístico.

O presente projeto teve como objetivo estudar os recursos de património natural uma vez que são únicos e insubstituíveis e procurou-se contextualizar o tema do estudo “Inventariação de Recursos de Património natural”, abordando, num enquadramento teórico, o conceito de inventário turístico, turismo de natureza e ecoturismo como meios de preservação e conservação dos recursos naturais.

O aumento da procura por espaços pouco alterados e em contacto com a natureza conduzem a um maior número de visitantes daí a necessidade de tomar medidas de utilização sustentável do património natural. O desenvolvimento do turismo atua como agente de mudança e acarreta impactos ambientais, pelo que é fundamental a prática de um desenvolvimento sustentável do turismo de modo a minimizar o esgotamento dos recursos e a degradação ambiental. É também essencial um planeamento e gestão eficaz com o intuito de reduzir os impactos provocados no ambiente. Os impactos do turismo entendem-se como consequência de um processo complexo de interação entre os turistas e as comunidades que se deslocam ao destino, resultando das diferenças sociais, económicas e culturais entre a população residente e os turistas, bem como da exposição aos meios de comunicação social.

O território é consumido pela atividade turística e o ecoturismo surge como o segmento do turismo que utiliza de forma sustentável o património natural e cultural e incentiva a sua conservação. A salvaguarda e conservação do património natural, neste caso em particular, só é possível se forem trabalhadas várias áreas em simultâneo como a inventariação, a classificação, a gestão, a intervenção e a difusão. Os atrativos naturais de um destino são, muitas vezes, esquecidos e a divulgação dos mesmos é importante uma vez que se os indivíduos não souberem da sua existência, não surge a curiosidade de visitar, nem a necessidade de conservar. Neste sentido, o levantamento de informações turísticas através da inventariação é importante para o planeamento e elaboração de estratégias para a atividade turística, evitando os impactos negativos no meio ambiente.

Para o desenvolvimento da área geográfica em estudo é necessário adoptar modelos turísticos próprios de ecoturismo, ou seja, este é sinónimo de turismo sustentável, atividades desenvolvidas de modo a minimizar os impactos ambientais e sociais e maximizar os positivos, recuperando na medida do possível e de acordo com o enquadramento jurídico da atividade turística, o equilíbrio ambiental e social. Na competitividade entre destinos turísticos, procura-se um desenvolvimento sustentável que concilie o desenvolvimento económico, a justiça social e uma eficiente gestão dos recursos naturais, através da inovação e de um destino sustentável de excelência competitivo aproveitando os recursos naturais e culturais da região.

Atualmente, a proteção, a conservação e a interpretação do património e da diversidade cultural é um desafio importante e o património natural e cultural pertence a todas as pessoas. Cada um de nós tem o direito e a responsabilidade de compreender, apreciar e conservar os seus valores universais. A educação ambiental é fundamental no processo de relação do homem com a natureza pois consiste na educação dos cidadãos através de um processo que procura incutir uma consciência sobre a problemática do ambiente.

O trabalho empírico realizado deu a conhecer o estado de abandono em que se encontram alguns recursos de património natural visitados, como por exemplo a praia fluvial Rosa Mana e a praia fluvial da Lapa, possivelmente pela falta da aplicação de políticas de turismo e a pouca preocupação com a sua gestão. Através de dados primários resultantes do inquérito realizado percebe-se que os inquiridos conhecem a maior parte dos recursos de património natural existentes entre Sardoal e Santarém e estão de acordo com a sua proteção e conservação, considerando as burocracias administrativas, a propriedade pública ou privada e a legislação como barreiras à proteção e conservação dos atrativos. Na opinião dos inquiridos, a experiência da visita aos atrativos naturais é associada sobretudo ao entretenimento e lazer, ao turismo cultural e ao turismo desportivo.

A criação da base de dados e da cartografia específica, no âmbito do estágio curricular no CESPOGA, teve como finalidade recolher informação sobre os recursos potencialmente atrativos no Médio Tejo e na Lezíria do Tejo. As diversas deslocações aos locais de interesse turístico proporcionaram a descoberta, visita e exploração da região em estudo particularmente no que diz respeito ao património natural e cultural. Após as saídas de campo verificou-se a fraca sinalização alusiva aos atrativos visitados, bem como percursos nos ambientes naturais. Com a elaboração de rotas na área de estudo pretende-se valorizar o património e promover os ambientes naturais e

culturais existentes e consequentemente o aumento da notoriedade do destino Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

No decorrer do projeto “Inventariação de Recursos de Património Natural” foram identificadas duas limitações:

1. Foi utilizada parte da bibliografia relacionada com a inventariação dos recursos na versão brasileira visto que escasseia a produção nacional. A consulta do site do Turismo de Portugal, I. P. revelou essa fragilidade editorial. O estudo deveria incluir ainda a perceção dos utilizadores do ambiente autárquico / governança municipal como Vereadores do ambiente de todos os municípios envolvidos de modo a demonstrar a aplicabilidade do trabalho “INVNATEJO-Tur”;
2. O estudo deveria incluir a perceção dos utilizadores – ambiente autárquico / governança municipal como Vereadores do ambiente de todos os municípios envolvidos de modo a demonstrar a aplicabilidade do trabalho “INVNATEJO-Tur”.

Como proposta para estudos futuros sugerem-se alguns tópicos de investigação, nomeadamente:

- ✓ Aprofundamento do conhecimento sobre a inventariação de recursos de património natural;
- ✓ Alargamento da área geográfica de estudo de modo a conhecer os recursos naturais potencialmente atrativos existentes no país.

Bibliografia

Araújo, A. B. (2007). Carta Internacional do Turismo Cultural, UNESCO-ICOMOS

Baptista, M. (1997). Turismo Competitivo Sustentável, Verbo, Lisboa/São Paulo.

Buckley, R. (2004). Environmental Impacts of Ecotourism.

Butler, R. W. e Boyd, S. W. (1996). Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach, *Tourism Management*, volume 17, nº 8, p. 557-566, Elsevier Science LDA.

Ceballos-Lascuràin, H. (1987). The future of ecotourism, *Mexico Journal*.

Coelho, J. F. P. (2011). Turismo Militar como segmento do Turismo Cultural: Memória, Acervos, Expografias e Fruição Turística. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Portugal.

Completo, F. (2007). Ecoturismo (ou) os Novos Ecos do Turismo in: Figueiredo, A.C., Barroso, J.G. e Pedro, L.G. (Eds), *Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais*. Curso Teórico-Prático, pp. 163-167, 3ª. Edição, Edição da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – Centro de Biotecnologia Vegetal, Lisboa.

Cooper, C et al. (org.) Turismo: princípios e práticas. Porto Alegre. Bookman. 2001.

Cooper, C., HALL, M.C., e TRIGO, L.G.G. Turismo Contemporâneo. Rio de Janeiro. Elsevier (Campus). 2011.

Convention on Biological Diversity (CBD) e United Nations Environment Programme (UNEP). (2007). Managing tourism and biodiversity, Secretariat of the Convention on Biological Diversity.

Cravidão, F. D. (2003). Territórios do Turismo: Turismo, Território e Sustentabilidade - Uma trilogia (ainda) em construção-, *Revista Científica do Instituto Superior de Assistentes e Intérpretes*, nº1: 7-17, Porto.

Cunha, L. (2008). Avaliação do Potencial Turístico. *COGITUR - Journal of Tourism Studies*. V.1, Nº. 1.

Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de Março) – Regulamenta o Turismo de Natureza acedido em <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/Doc005.pdf>

Decreto-lei 244/2002 de 5 de Novembro - estabelecimento das matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) acedido em <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/dl-244-2002--de-5-de-novembro/7012.htm>

Diário da República, I Série-A – N.º. 209 - Lei 107/2001 de 8 de Setembro – Conceito de Inventariação acedido em <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

Diário da República, 1.ª série — N.º 158 — Decreto-lei 191/2009 de 17 de Agosto – Definição de Turismo e Recursos Turísticos acedido em <http://dre.pt/pdf1s/2009/08/15800/0533605341.pdf>

Diário da República, I Série — N.º 74 — 16 de abril de 2013 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013 acedido em http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/pol%C3%ADticaeestrat%C3%A9gias/Documents/PENT_RCM%2024_2013_16%20abril.pdf

Domingues, C. M.. (1997). *Prontuário Turístico*, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.

Donohoe, H.M. e Needham, R.D. (2008). *Ecotourism: The evolving contemporary definition*, *Journal of Ecotourism*, volume 5, 192-210.

Dulley, R. D. (2005). *Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais*, registado no CCTC n. ASP-10/2004, Agric. São Paulo, volume 52, nº. 1, p. 97-113.

Fennell, D. A. (2002). *Ecotourism programme planning*, CAB Internacional, Canadá.

Fennell, D. A. (2008). *Ecotourism*, Routledge, USA.

- ✓ Fidalgo, C. (2009). *Inventário do Património Imóvel do Concelho da Nazaré. 1º Volume – Imóveis Classificados*, Nazaré.
- ✓ Figueira, L. M. (2011). *Roteiro do Tejo – Ideia e Conceito*, Sessão de debate *Roteiro do Tejo*, Abrantes.

Figueira, L. M. (2013 a). Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar.

Figueira, L. M. (2013 b). Roteirização do Turismo: Uma abordagem preliminar à “apresentação-interpretação” do território, Revista Turismo e Desenvolvimento, nº20, 121-133.

Fitz, P. R. (2008). Cartografia Básica, São Paulo: Oficina de Textos.

Fitz, P. R. (2008). Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos.

Fortuna, J. (2013). Edificação turística e o Plano de intervenção no espaço rural (PIER), Turismo em Solo Rural e os Planos Territoriais na Região Centro - Comissão de Coordenação e desenvolvimento regional do centro (CCDRC), Coimbra.

Gama, L. A. (2010). Conservação dos Recursos Naturais: efeitos da implementação dos Planos Diretores Municipais de 1.^a Geração, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Goeldner, C.R., Ritchie, J.R.B and McIntosh, R.W. (2000). Tourism: Principles, Practices, Philosophies, New York: John Wiley e Sons, Inc.

Hall, C. M. (2001). Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: From first and second-order to third-order change, Journal of Sustainable tourism, 19 (4-5), 649-671.

Hill, J. e Gale, T. (2009). Ecotourism and Environmental Sustainability, ASHGATE e-BOOK.

Informações sobre o CESPOGA acedido em http://www.cespoga.ipt.pt/new/?page_id=43

Informações sobre o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo acedido em <http://www.mediotejodigital.pt/> e em <http://www.ribatejodigital.pt/>

Identificação dos Municípios Portugueses acedido em <http://www.anmp.pt/index.php/municipios/municipios-de-a-a-v>

Leiper, N. (1979). The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry, *Annals of Tourism Research* 6, 390-407.

Leite, M. E. (2013). *Geotecnologias aplicadas aos estudos geográficos*. Montes Claros: Unimontes.

Leite, N. K. (2008). *Turismo e território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da geografia do turismo*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Lew, A. A., Hall, C. M. e Williams, A. M. (2004). *Compêndio de Turismo*, Instituto Piaget (Divisão Editorial), Lisboa.

MacCannell, D. (1989). *The Tourist: A new theory of the leisure class*, Schocken Books, New York.

Madeira, N. (2010). *Marketing e Comercialização de Produtos e Destinos*, SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto.

Marujo, M. (2008) *Turismo e Comunicação*, Castelo Branco: RVJeditores.

Mathieson, A. E Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, physical and social impacts*, Longman, London e New York.

Mckerher, B. (2002). *Turismo de Natureza: Planeamento e Sustentabilidade*.

Menezes, P. M. L. e Fernandes, M. C. (2003). *Cartografia Turística: Novos conceitos e antigas concepções ou antigos conceitos e novas concepções*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO – Departamento de Geografia – Laboratório de Cartografia (GeoCart), Rio de Janeiro.

Miller Jr., G. T. (2007). *Ciência Ambiental*, CENCAGE Learning, São Paulo, tradução da 11ª. Edição Norte Americana, All Tasks.

OMT. (2001). *Introdução ao Turismo*, Editora Roca, São Paulo.

Portugal, G. *Recursos Naturais*. Gpca Meio Ambiente. Volta Redonda, RJ, ago. 1992.

Santos, C. e Cabral, M. (2005). *Manual para o investidor em Turismo de Natureza*, SIG – VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste

Silveira, C. M. P. (2011). Açores, Um destino Cultural e Paisagístico Sustentável, Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo para a obtenção do grau de Mestre em Turismo especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos.

Soromenho-Marques, V. (2007). Coordenação de António Reis. Retrato de Portugal Factos e Acontecimentos – O ambiente, Instituto Camões, Círculo de Leitores, Temas e Debates, Rio de Mouro.

Sousa, P. R. e Fernandes, S. B. (2007). Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica no Turismo, Finisterra, XLII, 84, pp105-118.

Umbelino, G. e Macedo, D. (2008) Utilização de Sistemas de Informação Geográficos (SIGs) na validação de Informações Censitárias na escala intra-urbana. In: XVI Encontro de Estudos Populacionais, Caxambu.

Wallace, G.N. e Pierce, S.M. (1996). An evaluation of ecotourism in Amazonas, Annals of Tourism Research, Brasil.

Wearing, S., Neil, J. (2009). Ecotourism: Impacts, Potentials and Possibilities, Butterworth – Heinemann, Elsevier, UK.

Weaver, D. (2006). Sustainable Tourism: Theory and Practice, Elsevier Butterworth-Heinemann, Oxford.

Tilden, F. (1977). Interpreting our Heritage, 3rd ed., University of North Carolina Press, USA.

Turismo de Portugal, I. P. (2006). Turismo de Natureza. Turismo de Portugal, I. P., Lisboa.

Turismo de Portugal, I. P. (2007). Plano Estratégico Nacional do Turismo. Turismo de Portugal, I. P., Lisboa.

UNESCO (2014) - Definição de Património Natural acedido em <http://www.icm.gov.mo/exhibition/tc/nhintroP.asp>

Apêndices

Apêndice 1 – Questionário preliminar online sobre um suposto Planeamento de fim-de-semana

Planeamento de fim-de-semana

Sou aluna do Mestrado em Gestão e Planeamento na Universidade de Aveiro e, no âmbito do estágio curricular a decorrer no Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, pretende-se a inventariação do Património Natural e Cultural associado ao Médio Tejo.

A importância deste estudo prende-se com a necessidade de qualificação dos recursos turísticos existentes e com a área de interesse, Turismo e Ambiente – Ordenamento do Território.

Posto isto, solicito a vossa colaboração para responderem ao seguinte questionário relativo ao planeamento de um suposto fim-de-semana.

Grata pelo apoio,
Rita Fanha

***Obrigatório**

Qual a duração do seu fim de semana? *

- ☐ Meio dia
- ☐ Um dia
- ☐ Dois dias
- ☐ Dia de semana

Qual a área escolhida?

- ☐ Abrantes
- ☐ Constância
- ☐ Vila Nova da Barquinha
- ☐ Entroncamento
- ☐ Golegã
- ☐ Chamusca
- ☐ Azinhaga
- ☐ Alcanena
- ☐ Outra:

Qual o motivo?

- ☐ Natureza
- ☐ Cultura
- ☐ Desporto
- ☐ Entretenimento
- ☐ Família/Amigos
- ☐ Negócios
- ☐ Outra:

Qual a atração que pretende visitar?

- ☐ Castelo
- ☐ Paisagem
- ☐ Gruta
- ☐ Reserva natural
- ☐ Outra:

Apêndice 2 – Questionário para ensaio sobre Recursos naturais

Sou aluna do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo na Universidade de Aveiro e encontro-me a realizar um estudo a inserir no processo de inventário de recursos naturais e culturais com o intuito de elaborar um manual de boas práticas para a inventariação dos recursos de Património Natural e Cultural.

A importância deste estudo prende-se com a necessidade de qualificação dos recursos endógenos para os orientar a atrativos turísticos integrados na área de interesse de Turismo e Ambiente – Ordenamento do Território.

Obrigado pela sua colaboração!

Sexo

☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Não responde

Idade

☐ > 18
☐ 18-25
☐ 26-35
☐ >35
☐ Não responde

Habilitações literárias

<input type="checkbox"/> 9º ano	<input type="checkbox"/> Mestrado
<input type="checkbox"/> 12º ano	<input type="checkbox"/> Doutoramento
<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input type="checkbox"/> Não responde

Qual o concelho de residência?

Concorda com o acesso turístico público aos recursos naturais?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sabe/Não responde

Se sim:

- ☐ Livre
☐ Condicionado

Conhece os atrativos turísticos naturais existentes no Vale do Tejo entre Sardoal e Santarém?

- ☐ Sim
☐ Não

Se sim, quais?

Atrativos Turísticos	
Praia Fluvial da Lapa (Sardoal)	
Praia Fluvial Rosa Mana (Sardoal)	
Aquapolis (Abrantes)	
Parque Urbano de Abrantes São Lourenço (Abrantes)	
Zona Ribeirinha de Constância (Constância)	
Castelo de Almourol (Almourol)	
Tancos / Arripiado	
Barquinha Parque (Vila Nova da Barquinha)	
Parque Verde do Bonito (Entroncamento)	
Quinta da Cardiga (Golegã)	
Areeiro (Golegã)	
Equuspolis (Golegã)	
Reserva Natural do Paúl do Boquilobo (Golegã)	
Areeiro – Porto das Mulheres (Chamusca)	
Nascente do Alviela – Olhos d'Água (Alcanena)	
Mouchão-Parque e Cascatas de Água (Pernes)	

Outro (s).Qual/Quais?	
-----------------------	--

Através de que meio teve conhecimento da sua existência?

- ☐ Amigos
- ☐ Televisão
- ☐ Internet
- ☐ Imprensa regional
- ☐ Descoberta pessoal
- ☐ Outra

Com que frequência visita os atrativos naturais anteriormente assinalados na tabela?

- ☐ 1-2 vezes por ano
- ☐ 3-5 vezes por ano
- ☐ >5 vezes por ano
- ☐ Não sabe/Não responde

Está de acordo com a proteção e conservação dos recursos naturais?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

Na sua opinião, a execução de um inventário (levamento sistemático dos bens existentes no território) contribui para a proteção e conservação dos recursos?

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não sabe/Não responde

Na sua opinião, quais as principais barreiras à proteção e conservação dos recursos naturais?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Legislação | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? |
| <input type="checkbox"/> Propriedade (pública/privada) | _____ |
| <input type="checkbox"/> População local | <input type="checkbox"/> Não sabe/Não responde |
| <input type="checkbox"/> Clima | |

Na sua visita ao atrativo natural, associa a experiência turística a que domínio complementar?

- ☐ Cultural
☐ Científico
☐ Técnico
☐ Industrial
☐ Religioso
☐ Entretenimento e lazer
☐ Artesanato
☐ Gastronómico
☐ Desportivo
☐ Outro
☐ Não sabe/Não responde

A seu ver, de que forma os recursos naturais e culturais contribuem para o desenvolvimento local?

- ☐ Atratividade do destino
- ☐ Melhoria dos acessos
- ☐ Qualificação do comércio
- ☐ Criação de valor económico (alojamento, transportes, restauração e entretenimento)
- ☐ Burocracia Administrativa
- ☐ Não sabe/ Não responde

Apêndice 3 – Questionário on-line final sobre recursos naturais

Recursos Naturais

Sou aluna do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo na Universidade de Aveiro e encontro-me a realizar um estudo sobre inventário de recursos naturais e culturais com o intuito de elaborar um manual de boas práticas para a inventariação dos recursos de Património Natural e Cultural.

A importância deste estudo prende-se com a necessidade de qualificação dos recursos turísticos existentes e com a área de interesse Turismo e Ambiente – Ordenamento do Território.

Obrigado pela sua colaboração!

Sexo

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Não responde

Idade

☐ <18

☐ 18-25

☐ 26-35

☐ >35

☐ Não responde

Habilitações literárias

☐ 9º ano

☐ 12º ano

☐ Licenciatura

☐ Mestrado

☐ Doutoramento

☐ Não responde

☐ Outra:

Qual o concelho de residência?

Conhece os recursos turísticos existentes na região?

☐ Sim

☐ Não

Concorda com o acesso turístico público aos recursos naturais?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sabe/Não responde

Se sim:

- ☐ Livre
- ☐ Condicionado

Conhece os atrativos turísticos naturais existentes no Vale do Tejo entre Sardoal e Santarém?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, quais?

(Assinalar uma ou mais questões)

Recursos visitados

Praia Fluvial da Lapa (Sardoal)	<input type="radio"/>
Praia Fluvial Rosa Mana (Sardoal)	<input type="radio"/>
Aquapolis (Abrantes)	<input type="radio"/>
Parque Urbano de Abrantes São Lourenço (Abrantes)	<input type="radio"/>
Zona Ribeirinha de Constância (Constância)	<input type="radio"/>
Castelo de Almourol (Almourol)	<input type="radio"/>
Tancos / Arrepiado (Tancos)	<input type="radio"/>
Barquinha Parque (Vila Nova da Barquinha)	<input type="radio"/>
Parque Verde do Bonito (Entroncamento)	<input type="radio"/>
Quinta da Cardiga (Golegã)	<input type="radio"/>
Areiro (Golegã)	<input type="radio"/>
Equuspolis (Golegã)	<input type="radio"/>
Reserva Natural do Paúl do Boquilobo (Golegã)	<input type="radio"/>
Areiro – Porto das Mulheres (Chamusca)	<input type="radio"/>
Nascente do Alviela – Olhos d'Água (Alcanena)	<input type="radio"/>
Mouchão-Parque e Cascatas de Água (Pernes)	<input type="radio"/>

Através de que meio teve conhecimento da sua existência?

(Assinalar uma ou mais questões)

- ☐ Amigos
- ☐ Televisão
- ☐ Internet
- ☐ Imprensa regional
- ☐ Descoberta Pessoal
- ☐ Outra:

Com que frequência visita os recursos acima assinalados na tabela?

- ☐ 1-2 vezes por ano
- ☐ 3-5 vezes por ano
- ☐ > 5 vezes por ano
- ☐ Não sabe/Não responde

Está de acordo com a proteção e conservação dos recursos naturais?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Na sua opinião, a execução de um inventário (levantamento sistemático dos bens existentes no território) contribui para a proteção e conservação dos recursos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe/Não responde

Na sua opinião, quais as principais barreiras à proteção e conservação dos recursos naturais?

(Assinalar uma ou mais questões)

- ☐ Legislação
- ☐ Propriedade (pública/privada)
- ☐ População local
- ☐ Clima
- ☐ Burocracia Administrativa
- ☐ Não sabe/Não responde
- ☐ Outra:

Na sua visita ao atrativo natural, associa a experiência turística a que domínio complementar?

(Assinalar uma ou mais questões)

- ☐ Cultural
- ☐ Científico
- ☐ Técnico
- ☐ Industrial
- ☐ Religioso
- ☐ Entretenimento e Lazer
- ☐ Artesanato
- ☐ Gastronómico
- ☐ Desportivo
- ☐ Não sabe/Não responde
- ☐ Outra:

A seu ver, de que forma os recursos naturais e culturais contribuem para o desenvolvimento local?

(Assinalar uma ou mais questões)

- ☐ Atratividade do destino
- ☐ Melhoria dos acessos
- ☐ Qualificação do comércio
- ☐ Criação de valor económico (alojamento, transportes, restauração e entretenimento)
- ☐ Outra:

Considera que a preservação e conservação dos ambientes naturais contribui para aumentar a qualidade de vida da comunidade envolvente?

Assinale o respetivo nível de contribuição sendo 1- contribui muito pouco e 5- contribui fortemente

- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3
- ☐ 4
- ☐ 5

